

Cap. QOPM ADILSON LUIZ CORREA DOS SANTOS

**A EXIGÊNCIA DE CURSO SUPERIOR PARA INGRESSO,
COMO PRAÇA, NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento e Controle em Segurança Pública.

Orientador Metodológico:

Professor Márcio S.B.S. de Oliveira

Orientador de Conteúdo:

Maj. QOPM Nilson Carlos Rosa

CURITIBA

2005

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à **Emanuele**, a mulher que amo, pelo amor verdadeiro, paciência e colaboração que sempre me prestou, especialmente nas horas mais difíceis.

Aos meus filhos **Roger, Everton e Rafael**, razão do meu viver e fonte de inspiração.

Aos meus Pais, **Luiz e Glaci**, pelo inestimável legado de formação pessoal, religiosa, familiar e profissional que me proporcionaram ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter-me dado saúde e força suficiente para vencer mais esse desafio;

Ao **Maj. QOPM Nilson Carlos Rosa**, pela disposição e incentivo na orientação desta pesquisa, sempre com idealismo e competência;

Ao **Cap. QOPM Dicésar Moreira Luiz**, nobre companheiro de turma, pela paciência e bem acolhida recepção no Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná.

Aos colegas de turma, aos amigos e a todos aqueles que de qualquer forma ofereceram inspiração, colaboração e incentivo para a conclusão do trabalho.

Aos valorosos Professores e Instrutores do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2005, pelos conhecimentos transmitidos.

" O Soldado que já viu as espadas brilharem acima de sua cabeça e o sangue a correr sob seus pés, não se pode incomodar com as pedras que os garotos lhe atiram nas ruas".

(Gibran Khalil Gibran).

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	viii
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	ix
RESUMO.....	x
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 O SISTEMA POLICIAL BRASILEIRO.....	3
2.1 INTRODUÇÃO HISTÓRICA.....	3
2.2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA BRASILEIRA.....	5
2.3 A ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA BRASILEIRA.....	10
2.4 A DICOTOMIA POLICIAL NO BRASIL.....	11
3 O PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO NA PMPR.....	15
3.1 O SISTEMA DE RECRUTAMENTO.....	15
3.2 AS FORMAS DE INGRESSO.....	16
3.3 AS FASES DO CONCURSO PARA O INGRESSO.....	17
3.4 O PERÍODO BÁSICO DE FORMAÇÃO DO SOLDADO PM.....	19
4 OS DESAFIOS DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR.....	20
4.1 A PROFISSÃO.....	20
4.2 A ESCOLARIDADE EXIGIDA NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS.....	22
4.2.1 Nível de Escolaridade na Polícia Federal.....	22
4.2.2 Nível de Escolaridade na Polícia Civil do Paraná.....	22
4.2.3 Nível de Escolaridade na Polícia Rodoviária Federal.....	23
4.2.4 Nível de Escolaridade na Polícia Militar do Paraná.....	24
4.3 DADOS DO ÚLTIMO CONCURSO PARA SOLDADO DA PMPR.....	24
4.4 A EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR PARA A ATIVIDADE POLICIAL.....	25
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	27
5.1 MÉTODO UTILIZADO.....	27
5.2 POPULAÇÃO ALVO E AMOSTRA.....	27
5.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	27
5.3.1 Questionário aos Universitários.....	27
5.3.2 Questionário aos Policiais-Militares.....	28
5.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6.1 Conclusão.....	37
6.2 Sugestões.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMG - Academia Policial Militar do Guatupê
BCG - Boletim do Comando Geral
BPM - Batalhão de Polícia Militar ou Batalhão Policial-Militar
Cap. - Capitão
Cel. - Coronel
CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFSd - Curso de Formação de Soldados
CF/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CG – Comando-Geral
CJ - Consultoria Jurídica
CRS - Centro de Recrutamento e Seleção
DE - Diretoria de Ensino
DOE - Diário Oficial do Estado
DP - Diretoria de Pessoal
DTI - Departamento Tecnológica de Informática
EM – Estado-Maior
FIES - Faculdades Integradas Espírita do Paraná
IGPM - Inspetoria-Geral das Polícias Militares
JOS - Junta Ordinária de Saúde
Maj. - Major
MEC - Ministério da Educação e Cultura
OPM - Organização Policial Militar
p. - Página ou páginas
PM - Polícia Militar ou policial-militar
PMPR - Polícia Militar do Estado do Paraná
PMMG - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PM/1 - 1ª Seção do Estado-Maior
PM/2 - 2ª Seção do Estado-Maior
PPMM - Polícias Militares
QOPM - Quadro de Oficiais Policiais-Militares
SEED/PR - Secretaria de Estado da Educação - Paraná
SESP/PR - Secretaria de Estado da Segurança Pública – Paraná
Ten.-Cel. - Tenente-Coronel

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 -	Interesse Universitário x Ingresso na PMPR.....	29
GRÁFICO 2 -	Fator Motivador x Ingresso na PMPR.....	30
GRÁFICO 3 -	Fator Desmotivador x Ingresso na PMPR.....	31
GRÁFICO 4 -	Curso Superior x Qualidade do Serviço.....	32
GRÁFICO 5 -	Curso Superior x Serviços Públicos.....	33
GRÁFICO 6 -	Curso Superior x Atividades Ilícitas.....	34
GRÁFICO 7 -	Curso Superior x Obediência às Leis e Regulamentos.....	35
GRÁFICO 8 -	Curso Superior x Curso Especial de Formação de Sargentos	36
TABELA 1 -	Interesse Universitário x Ingresso na PMPR.....	29
TABELA 2 -	Fator Motivador x Ingresso na PMPR.....	30
TABELA 3 -	Fator Desmotivador x Ingresso na PMPR.....	31
TABELA 4 -	Curso Superior x Qualidade do Serviço.....	32
TABELA 5 -	Curso Superior x Serviços Públicos.....	33
TABELA 6 -	Curso Superior x Atividades Ilícitas.....	34
TABELA 7 -	Curso Superior x Obediência às Leis e Regulamentos.....	35
TABELA 8 -	Curso Superior x Curso Especial de Formação de Sargentos	36

RESUMO

Este trabalho monográfico, realizado no ano de 2005, enfoca os aspectos de viabilidade e relevância da obrigatoriedade de um Curso Superior, como um dos requisitos para o ingresso como Praça, na Polícia Militar do Paraná. Discorre sobre o sistema policial brasileiro, dando ênfase aos aspectos históricos, a evolução, a organização e a dicotomia policial brasileira. Falamos também sobre o processo de recrutamento e seleção na PMPR, enfatizando desde o recrutamento até o período básico de formação que deve ter o Policial-Militar. O estudo está focado sob os desafios da atividade policial-militar, neste sentido, discorreremos sobre a profissão, o nível de escolaridade exigido nas Instituições Policiais do Brasil e finalmente, a educação de nível superior para a atividade policial, em seus aspectos relevantes. Para atingir os objetivos didáticos, delimitamos o presente trabalho no tempo e no espaço. A metodologia apóia-se nos dados obtidos através da aplicação de dois questionários, sendo um direcionado aos Universitários da FIES – Faculdades Integradas Espírita e outro aplicado aos Policiais-Militares, integrantes das Companhias Independentes e dos Batalhões da Capital e Interior, tendo sido confirmado que a Polícia Militar do Paraná pode atrair pessoas de nível superior, para o ingresso como Soldado.

Palavras-chave: Curso Superior, Carreira Policial e Nível de Escolaridade.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Paraná, Instituição centenária e permanente, baseada na hierarquia e disciplina, tem por encargo constitucional a preservação da ordem pública¹, devendo manter sua capacidade de respostas às necessidades da população, principalmente, propiciando a sensação de segurança, mantendo a paz social e a ordem pública.

Esteirando nas suas responsabilidades constitucionais, inserta no contexto estatal, partícipe da Administração Pública, deve obediência aos princípios constitucionais e entre eles, o capitulado no artigo 37 de nossa Carta Magna, ressalte-se o Princípio da Eficiência.

Sabe-se que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, consoante Art. 37, II, da CF/88.

Nesse diapasão, a Instituição deve recrutar, selecionar, formar seus recursos humanos, devendo ainda instruí-los permanentemente, objetivando aprimorar sua prestação de serviços à sociedade.

Em relação à política de aumento de efetivo, os administradores públicos estatais, principalmente em nível político mandamental, inferem a responsabilidade da falta de uma adequação do efetivo PM em relação à atual

¹ DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

§ 5º - Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da CF/88.

Resta salientar que não é apenas a referência da Lei acima um fator impeditivo de recrutamento de efetivo na PMPR, mas o contingente de funcionários públicos, neste caso, os militares, que sobrecarregam a fatia do Orçamento do Estado, e a política de recolhimento de impostos, para que se mantenha a máquina administrativa. Não obstante, a mídia sempre traz a notícia da necessidade de se arrecadar mais, e as dificuldades no aumento da arrecadação tributária.

Os recursos existentes, tanto materiais como humanos, devem ser sistematicamente utilizados, com critérios técnicos que potencializem a aplicabilidade, objetivando o aproveitamento máximo, com o intuito de bem garantir a execução da atividade constitucional da Polícia Militar.

Neste mister, necessário se arcabouçar com dados estatísticos, que origem indicativos sobre a relevância da exigência de nível superior na Corporação, extraídos a partir de opiniões dos Integrantes da Corporação e de Universitários, como base e/ou suporte técnico-científico para direcionamento do sistema de recrutamento e seleção na Polícia Militar do Paraná.

A tônica que justifica o presente estudo reveste-se no fato de demonstrar a viabilidade e relevância da exigência de nível superior, como um dos requisitos para ingresso como Praça, na Polícia Militar do Paraná.

Para a realização deste Trabalho Monográfico, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, com tratamento estatístico, com pesquisas de campo e constantes das referências. Tal trabalho está estruturado em 06 (seis) partes. Na Primeira Parte está a Introdução do presente Trabalho Técnico Monográfico. Na Segunda Parte, foi abordado o Sistema Policial Brasileiro, subdividindo-se em: Introdução Histórica, A Evolução Histórica da Polícia Brasileira, A Organização da Polícia Brasileira e A Dicotomia Policial no Brasil. Na Terceira Parte, falamos sobre o Processo de Recrutamento e Seleção na PMPR, subdividindo-se em: O Sistema de Recrutamento, As Formas de Ingresso, As Fases do Concurso para o Ingresso e O Período Básico de Formação do Soldado PM. Na Quarta Parte,

escrevemos um pouco sobre Os Desafios da Atividade Policial Militar, enfatizando o seguinte: A Profissão, A Escolaridade Exigida nas Instituições Policiais, subdividindo-se em: Nível de Escolaridade na Polícia Federal, Polícia Civil do Paraná, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar do Paraná, Dados do Último Concurso para Soldado da PMPR, A Educação de Nível Superior para a Atividade Policial. Na Quinta Parte, escrevemos sobre Análise dos Resultados da Pesquisa, Método Utilizado, População-Alvo e Amostra, Procedimento para a Coleta de Dados e Procedimentos de Análise e Interpretação dos Questionários. Por fim, na Sexta Parte, apresentamos nossas Considerações Finais, com a devida conclusão e sugestões pertinentes ao trabalho monográfico.

2 O SISTEMA POLICIAL BRASILEIRO

2.1 INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A palavra “polícia” tem sua origem no termo *politeia*, de *polis* — cidade — e significava o ordenamento político do Estado, e até mesmo a arte de governar. Em Roma, o termo evoluiu para ter o sentido de *ação do governo para manter a ordem pública, a tranqüilidade e a paz interna*. Mais tarde, passou a significar o organismo que exercia essa ação, ou seja, o significado *stricto sensu* que hoje.

Na época medieval, a noção de polícia era relacionada com o bem da ordem da sociedade civil, presidido pela autoridade estatal e a ordem moral e religiosa, presidida pela autoridade eclesiástica. No Século XIV, aparece a palavra *polícia* na ciência jurídica francesa para designar a atividade do Estado, em sentido restrito, para denominar a boa ordem dos negócios públicos.

No renascimento, o termo polícia – *Polizei* – é recebido pelos juristas germanos como significação da boa ordem da coisa comum. Depois disso, no final do Século XV, existiu uma outra fase denominada Estado de Polícia (*juspolitae*) em que se revelava o poder absoluto do príncipe que podia interferir na vida privada do cidadão, inclusive na vida religiosa e espiritual.

A partir do Século XVII, ocorre a cisão entre a polícia e a justiça, o Estado de Polícia se transformou com a desagregação de suas funções. Esta se situou no âmbito do Direito e aquela, no poder discricionário do monarca. A partir do Iluminismo, e especialmente depois da Declaração dos Direitos do Homem, em 1789, a noção de polícia, com poder estatal passou a se circunscrever à proteção da ordem e manutenção da segurança.

Na França, a partir de 1791, a força policial de então, foi transformada em uma *Gendarmerie Nationale*, sendo paulatinamente copiada por outros Estados europeus, que foram criando suas próprias *Gendarmerias*, corpos especiais, com estatuto militar e funções policiais.

Na Bélgica, sua *Gendarmerie* é herdeira das instituições levantadas em 1795, quando as forças revolucionárias francesas ocuparam o país. A partir de 1991, mudou seu estatuto, passando a ser considerada um corpo civil de polícia, e começou a ter resultados considerados insatisfatórios.

Em Luxemburgo, a *Gendarmerie* tem raízes muito antigas, podendo ser igualmente apontada como herdeira da *Gendarmerie* instituída em 1795 pelos ocupantes franceses.

Em Portugal, a Guarda Real da Polícia é criada em 1801; a Guarda Municipal em 1834, a Guarda Republicana em 1910 e a Guarda Nacional Republicana em 1911 não passaram de mudança de nome em face das vicissitudes políticas.

Na Itália, os *Carabinieri*, sendo herdeiros da *Gendarmerie* criada em 1804 em Milão, pelo Imperador Napoleão, foram instituídos como tal em 1814, no Piemonte; e em 1861, com a unificação italiana, passaram a ser primeira arma do exército nacional.

Na Holanda, a *Koninklijke Marechaussee* apareceu nos Países Baixos no Século XIX, inicialmente com a designação de *Gendarmerie*; foi, depois, instituída definitivamente em 1814.

A *Guarda Civil* na Espanha tomou a sua forma atual em 1844.

Na Áustria, a *Gendarmerie* nasceu imperial, em 1849, mas foi substituída por um corpo civil de polícia em 1918, porém, retornou à condição de militar em 1945.

Conclui-se com isso que o Estado de Polícia evoluiu para o Estado de Direito e a noção de polícia sofreu restrições em razão das garantias de liberdade individual e propriedade privada conferidas ao cidadão. O exercício da polícia deve se circunscrever à lei. É limitado pela lei e só acionado em casos excepcionais, para limitar o exercício dos direitos individuais em favor de um interesse público.

Denota-se que o conceito de polícia traz em seu bojo a sua finalidade, qual seja, a de assegurar a Ordem Pública e outros bens indispensáveis à saudável convivência entre as pessoas. A missão da polícia é das mais nobres e representa uma necessidade para a sociedade já que seu mister é coibir ou reprimir os abusos de direito que o cidadão eventualmente comete em desfavor da sociedade.

Somente em uma sociedade perfeita, com homens perfeitos, é que o Estado poderá prescindir da polícia. Aliás, em uma sociedade perfeita, composta por homens perfeitos, até mesmo o Estado é dispensável. Contudo, por mais otimista, tal idéia é uma quimera que está fora do alcance da atual sociedade.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA BRASILEIRA

No Brasil, as origens da Polícia remontam ao período Colonial; logo após o descobrimento, Portugal não demonstrou qualquer interesse imediato pela nova terra acrescentada a seus domínios, exceto pelo aspecto econômico, e só não a abandonou completamente em razão das constantes invasões estrangeiras, especialmente francesas.

As primeiras expedições tiveram caráter meramente exploratório, e coube a Martim Afonso a tarefa de fundar a primeira vila, a de São Vicente em 1532.

Os colonos tinham então dupla função: eram lavradores e também responsáveis pelo domínio português nestas terras. A principal figura do início da colonização era o “semestreiro” que, embora fazendeiro por vocação, estava pronto para pegar em armas, mais ou menos como um miliciano, o que ele se tornava eventualmente.

No período das Ordenações, surgem os *almotacés*, primeira manifestação de autoridade policial constituída, encarregados de zelar pela Ordem Pública nas vilas recém-criadas.

Segundo ALMEIDA (1986), os *almotacés* e seus auxiliares (os alcaides-pequenos e meirinhos) realizavam a fiscalização dos pesos e medidas, faziam a taxaço dos preços, vigiavam a limpeza pública e também exerciam a função de polícia da cidade (fiscalizavam o cumprimento das leis, velavam contra o uso de armas proibidas, zelavam pela execução das leis, etc.). Neste período, o poder judicante e o poder policial constituíam um só organismo, confundindo-se.

Com a criação do Governo-Geral, após 1548, as forças de terra passam a se organizar em três escalões: Primeira Linha ou Exército pago; Segunda Linha ou a continuação dos “semestreiros”; e a Terceira Linha, que seria uma reserva, e incluía todos que por idade, condições físicas ou econômicas não podiam participar das outras linhas.

Nota-se que desde nossa mais remota história, a Segurança Pública esteve confiada a organizações militares ou paramilitares.

Com a chegada da Família Real, em 1808, veio com ela a “Guarda Real de Polícia”. Esse corpo teve que ser reorganizado para adaptar-se às peculiaridades da terra. Em 13 de maio de 1809, estava transformado em “Divisão Militar da Guarda Real de Polícia”, mantendo-se a tradição de Polícia Militar.

Em 10 de outubro de 1831, a Regência sancionou lei que permitia a criação de Corpos Municipais Permanentes na Corte (Rio de Janeiro) e nas províncias, os quais, com o tempo, transformaram-se no que hoje são as Polícias Militares.

As ordenanças (militares organizados) mantinham a Ordem Pública nas cidades, vilas e paróquias e constituíam fatores fundamentais da ordem interna e defesa da pátria.

Das ordenanças, derivaram as Forças Públicas (os Regimentos), estruturadas como organizações militares preparadas e adestradas para a missão de “manutenção da Ordem Pública”, que tinham dupla função: uma civil, cuja função policial rotineira era prevenir e reprimir o crime, outra militar, com a função esporádica de enfrentamento das insurreições e defesa da pátria.

Essas “tropas pagas” foram as raízes das atuais Polícias Militares, já que estas (as PPMM) resultam, diretamente, da evolução daquelas.

Com a promulgação da primeira Constituição Brasileira (a do Império, em 25 de março de 1824) e da edição de alguns decretos regulamentadores, houve a criação dos Juízes de Paz, com atribuições policiais e criminais.

No período do Império, as Forças Públicas, em face de necessidade de sustentação da Independência, deram origem ao Exército e, os seus remanescentes deram origem aos Corpos de Guardas Municipais Permanentes (Decreto Imperial de 10 de outubro de 1831).

Em 1842 (Decreto n.º 120, de 31 de janeiro), foi regulamentada a Lei n.º 261, tendo então se estabelecida a consagrada divisão Polícia Administrativa e Polícia Judiciária. Porém, na prática, continuava a tradição do entrelaçamento entre as funções policial e judicante, já que Delegado Chefe de Polícia detinha tanto o poder de Polícia Judiciária como era o manipulador da Polícia de Manutenção da Ordem Pública e, ainda, porque era normal que militares das Forças Públicas exercessem tal encargo (de Delegado de Polícia). Além disso, enraizou-se e corporificou-se o Inquérito Policial.

Em 1871, ocorreu uma profunda reforma na legislação processual penal, introduzindo diversas modificações fundamentais. A primeira delas era a proibição dos magistrados de exercerem a função de Chefe de Polícia ou qualquer encargo policial. Por conseguinte, os Chefes de Polícia perdiam o poder de “jurisdição”. Por fim, instituiu-se a fiança provisória e alargou-se o instituto do *habeas corpus*.

No período imperial, havia ainda a Guarda Nacional que, nas lacunas das Forças Públicas, desenvolvia ações de manutenção da Ordem Pública.

Durante o início da Primeira República, as organizações policiais assumiram feições nitidamente regionais fazendo com que as Forças Públicas crescessem e se expandissem, assumindo também (a maioria delas) o ônus da polícia judiciária.

Em São Paulo, 1906, surge a primeira manifestação de uma Polícia Civil de carreira com funções de Polícia Judiciária (o cargo de Delegado de Polícia passa a ser privativo de bacharéis em Direito), ao mesmo tempo em que se inicia o processo de militarização da Força Pública.

No Rio de Janeiro, 1907, de um lado, emergiu uma Polícia Judiciária com Delegados e Comissários bacharéis em Direito e com Investigadores e Peritos especializados e, de outro, a Força Pública modernizou-se e aprimorou seus quadros, especializando-se em policiamento ostensivo.

Em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, também se completa o fenômeno da militarização das Forças Públicas.

Surgem, nesta época, as chamadas “Guardas Civas” com o intuito de complementar o policiamento ostensivo nas Capitais e nas maiores cidades.

Até 1930 (antes da Revolução), não havia a “idéia” de uma Corporação que pudesse ser chamada de “Polícia Civil”. Neste período (o da Primeira República até 1930), as Forças Públicas respondiam pela manutenção da Ordem Pública e também desenvolviam a grande parte das tarefas de Polícia Judiciária, já que na maioria dos Estados, eram Oficiais das Forças Públicas que exerciam funções nas Delegacias de Polícia.

A Revolução de 1930 teve influência na organização policial brasileira, principalmente quando da Constituição outorgada de 1934 que continha as Polícias Militares figurando no texto constitucional.

Como resultado, a União passou a ter mais controle sobre as Polícias Militares e estas passaram a ser “Reservas” e “Forças Auxiliares” do Exército, efetivando o processo de militarização das Polícias Militares.

A Constituição Federal de 1946 vinculou a existência das Polícias Militares à Segurança Interna e à Manutenção da Ordem Pública.

O exercício da função policial centrava-se no Delegado de Polícia (bacharéis em Direito — o Delegado de Polícia de Carreira surgiu em 1956) que, na verdade era o Chefe de Polícia da Comarca ou do Município e detinha tanto o poder de Polícia Judiciária quanto os poderes de Polícia Administrativa e de Polícia de Manutenção da Ordem Pública.

Os Destacamentos Policiais Militares, para efeito de emprego policial, subordinavam-se funcionalmente ao Delegado de Polícia — a requisição de emprego configurava a “legalidade do emprego” .

Assim, o sistema começou a se romper com a tomada de corpo da idéia de uma Instituição “Policial Civil” de carreira, em contraposição a uma Instituição

“Policia Militar”, fato este que, somado ao caso das Guardas Civis terem radicalizado sua posição e até terem criado situações de conflito com as Polícias Militares, em detrimento da Ordem Pública, tornou a situação, em termos de Segurança Pública, um caos.

Durante a Revolução de 31 de março de 1964, o governo do Marechal Castelo Branco criou, no Ministério do Exército, a Inspetoria-Geral das Polícias Militares (IGPM), e através do Decreto-lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, normatizou um modelo de Estrutura Organizacional adequado às Corporações Policiais Militares, tendo em vista seu rendimento operacional.

Em 08 de julho de 1970, o Decreto-lei n.º 66.862, estabeleceu princípios e normas para aplicação do Decreto-lei n.º 667, explicitando os diferentes tipos de policiamento e as diversas atividades policiais-militares.

Com essa nova disposição legal, emergiu uma outra realidade em termos de organização policial no Brasil, alterando-se, de forma substancial, o tradicional conceito de autoridade policial.

Estabeleceram-se pressupostos básicos da organização policial contemporânea, que foram (e ainda o são):

- A exclusividade do policiamento ostensivo pelas Polícias Militares;
- A responsabilidade da investigação criminal (Inquérito Policial) atribuída ao Delegado de Polícia de carreira, Bacharel em Direito;
- Esmacimento da tradicional figura dos Delegados Especiais de Polícia e Delegados de Capturas (Oficiais e Sargentos das Polícias Militares).

Com o advento da Carta Política de 1988, constitucionalizou-se a dicotomia policial em nível estadual, além de alçar ao nível constitucional corporações que existiam no âmbito do Ministério dos Transportes (Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal). Também autorizou a criação das chamadas Guardas Municipais com atribuições bem definidas, não podendo ser consideradas polícias.

2.3 ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA BRASILEIRA

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988, estabelece a Segurança Pública como um dos elementos da Ordem Pública, sendo exercida para a preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio pelos seguintes órgãos, de acordo com suas respectivas funções:

Polícia Federal, cujas atribuições constitucionais são (§ 1º):

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Polícia Rodoviária Federal, com a missão de patrulhamento ostensivo das rodovias federais (§ 2º);

Polícia Ferroviária Federal, exercendo o patrulhamento ostensivo das ferrovias federais (§ 3º);

Polícias Cíveis, com funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais (exceto as de competência da União e as militares — § 4º);

Polícias Militares, com as funções de polícia ostensiva e preservação da Ordem Pública (ações preventivas e repressivas), sendo também, juntamente com os Corpos de Bombeiros militares, forças auxiliares e reservas do Exército (§§ 5º e 6º);

Corpos de Bombeiros Militares, com o dever de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamentos e defesa civil (§§ 5º e 6º) ; e,

Guardas Municipais, em caráter excepcional e facultativo, somente para a proteção de bens, serviços e próprios municipais (§ 8º), não podendo ser consideradas como parte plenamente integrada ao sistema.

Tais órgãos policiais pertencem a entidades estatais distintas e a previsão constitucional é taxativa, não podendo ser criados outros órgãos policiais, em qualquer nível estatal, para serem incumbidos da missão de Segurança Pública.

Não há um escalonamento hierárquico entre os sete órgãos de Segurança Pública, nem uma coordenação de um sobre os outros e nem supremacia. Com a instituição da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça, tenta-se, mesmo que timidamente, a coordenação das atividades policiais em todos os níveis, mas seus resultados até aqui são mínimos.

Cada órgão policial mencionado teve sua competência ou missão constitucional definida nos seus estritos limites constitucionais. Seus agentes, investidos de autoridade policial, devem agir dentro de sua estrita competência legal, sob pena de estarem atuando com excesso (ou abuso) ou desvio de poder (abuso de autoridade).

2.4 A DICOTOMIA POLICIAL NO BRASIL

Na esfera estadual, a Polícia Civil e a Polícia Militar possuem competências definidas no texto constitucional, cabendo à primeira a realização da função de polícia judiciária, destinada à apuração das infrações penais, excetuadas as militares, e aquelas que forem de competência da Polícia Federal (art. 144, § 4º, da CF/88). À Polícia Militar fica reservada a função de policiamento ostensivo e preventivo, o que se denomina de polícia administrativa (art. 144, § 5º, da CF/88), além de se constituir na reserva do Exército em casos especiais, sobretudo em situações de guerra externa .

Observa-se que cada corporação policial possui uma competência definida no texto constitucional, que são diversas, e exigem formação diferenciada de seus integrantes, que se encontram subordinados ao Governador do Estado (art. 144, § 6º, da CF/88), constituindo-se a denominada dicotomia policial na esfera estadual.

Apesar do arcabouço jurídico no que concerne à competência de ambas, somado ao fato da carga histórica que informam tais instituições, e até mesmo pelos vários campos de conflitos ocorridos no decorrer dos tempos, constantemente fala-se em modificações nas estruturas das polícias estaduais, ora querendo unificá-las, ora tendendo a desconstitucionalizar o capítulo referente a ambas, tornando assunto de competência estadual, ora querendo criar uma terceira via.

Pode-se dizer que a polícia é atividade essencial para a existência do Estado de Direito e o desenvolvimento da sociedade. As mudanças pretendidas devem ser realizadas com reservas, para se evitar o caos e a anomia. A desorganização da Segurança Pública interessa apenas às organizações criminosas. O império da lei se constrói com instituições fortes, que estejam voltadas para a realização de suas funções, como tem sido exemplo no decorrer dos anos a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Denota-se que quanto à Polícia Militar, é necessário um aprimoramento de sua estrutura, tornando-a mais moderna e apta a enfrentar os desafios hodiernos, sobretudo dotando-a de poderes de realização do ciclo completo de polícia, ensejando a realização inclusive de investigações policiais. Muito se fala em desmilitarizá-la, mas poucos conhecem o que verdadeiramente significa o termo militar. Militar é a polícia em sua essência, no seu sentido organizacional, em que pese exercer uma função eminentemente policial. Militar, pois, cultua dois valores fundamentais para o seu controle, quais sejam: disciplina e hierarquia. Sem esses dois pilares é impossível fazer qualquer organização funcionar.

Mesmo que se retire o termo militar de sua denominação, necessariamente haverá que subsistir aqueles dois elementos básicos, vez que são fundamentos de quaisquer instituições, sobretudo aquelas que envergam uniformes e ostentam armas. Olvidar desse aspecto é querer o caos, como recentemente ocorreu em diversos Estados, conforme noticiado pela mídia.

As culturas são heterogêneas, pois o modo de pensar, sentir e agir não são compartilhados pelos grupos e, conseqüentemente, não há um ambiente favorável à cooperação e integração, onde deveria haver complementação de esforços, para proporcionar segurança ao cidadão, há uma relação entre

“estranhos”, que acaba gerando conflitos de rua e nas delegacias.

Uma polícia depende da outra, em razão de que as funções são complementares; interdependentes, no entanto, os atores não se conhecem e, normalmente, um se apresenta para o outro na delegacia, e esse momento da “passagem da função” acaba ocorrendo num clima de desconfiança, que leva o delegado, às vezes, a questionar a legitimidade de uma prisão, mesmo realizada com as exigências da lei, e o PM tenta forçar a legalidade de uma prisão ilegal.

As estruturas organizacionais são diferentes nas duas polícias, adotando a Polícia Militar uma estrutura militar, e a Polícia Civil, um molde civil, que se confunde com a estrutura da Secretaria de Segurança Pública.

Quanto às normas de matrícula aos diversos cursos das duas organizações, verifica-se que os requisitos são muito semelhantes e que os instrumentos legais de ambas propugnam por valorizar o candidato que tenha conduta moral compatível com o serviço público desta natureza.

As duas organizações, aproveitando-se de uma faixa que permeia ambas as atividades, intrometem-se indevidamente no campo de trabalho de outra, por desconhecimento da lei ou intencionalmente, quando deveriam se complementar harmoniosamente. E as poucas iniciativas de integração são expurgadas pelos integrantes por não quererem que uma realize a missão da outra e vice-versa.

A Polícia Civil reclama que a Polícia Militar vem executando investigações criminais, restituição ao proprietário de veículos e outros objetos furtados e localizados, sonegação de armas apreendidas, solução de ocorrências no local, encaminhamento de relatórios de ocorrência com perda de oportunidade para apuração, dentre outras.

A Polícia Militar acusa a Polícia Civil de estar invadindo sua área de atuação, através da execução de batidas policiais, rondas, inclusive utilizando-se de características próprias da polícia ostensiva: pessoal portando coletes (uniforme), armas de grosso calibre e veículos ostensivamente identificados, indesejáveis ao trabalho investigatório.

Ambas têm razão. A PM, sob o disfarce do rastreamento, técnica necessária e obrigatória na perseguição de criminoso em estado de flagrância, vem extrapolando em suas funções, penetrando no campo das investigações

criminais, próprio da Polícia Civil. Esta em contrapartida, exhibe carros “patrulheiros”, preto e branco, com sirene e demais equipamentos impróprios para o trabalho investigatório, coletes e armamentos pesados, realiza batidas policiais preventivas, sobrepondo-se à polícia ostensiva.

“Devem ser coibidas incursões de órgãos policiais em atividades próprias de outros órgãos, ou seja, que extrapolem as missões que o constituinte de 1988 lhes reserva, com o que se evitarão desnecessários confrontos, quando não superposição de esforços e desperdício de meios” (LAZZARINI, 1994, p. 56).

Quando eclode o delito, o PM penetra no campo da Polícia Jurídica (isola e preserva local de crime, inquirir testemunhas de local, rastrear e capturar delinquentes, prender em flagrante). Reprimindo e investigando o delito, os delegados e agentes de polícia judiciária avançam no campo da manutenção da ordem pública, previnem o crime (ALMEIDA, 1985, p. 78).

Assim, os dois campos de atuação das polícias não só tangenciam, mas possuem uma faixa cinzenta comum, onde as duas corporações obrigatoriamente atuam no exercício de suas atribuições. Deve haver, pois, coesão e harmonia entre as organizações que se complementam em prol do bem comum.

As delegacias funcionam mal, com poucos profissionais, pouco recurso material e, em alguns locais, o delegado também é o escrivão. Não há veículos suficientes, e os existentes estão, na sua maioria, parados por falta de peças e, às vezes, de combustível.

Conclui-se que há entrelaçamento de ações, de interesses antagônicos e colidentes, divergências, dissensões, discordâncias, de origem histórico-cultural, com reflexos operacionais que dificultam a integração policial.

3 O PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO NA PMPR

3.1 O SISTEMA DE RECRUTAMENTO

O sistema de recrutamento na Polícia Militar do Paraná tem fulcro na Lei Federal n.º 4.375, de 17 de Agosto 1964 (Lei do Serviço Militar), regulamentada

pelo Decreto Federal sob o n.º 57.654, de 20 de Janeiro de 1966, que consideram como de interesse militar o serviço prestado nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, ao mesmo tempo em que autoriza as Polícias Militares a receberem como voluntários os reservistas de primeira e segunda categorias, e os portadores de Certificado de Isenção de Incorporação.

Na Polícia Militar do Paraná, o Centro de Recrutamento e Seleção – CRS, é o órgão de apoio da Diretoria de Pessoal, criado pelo Decreto sob n.º 16.316 de 27 de Outubro de 1964, que tem sob sua responsabilidade a execução da política de aumento e reacompletamento do efetivo, estabelecida pelo Comando-Geral, com base nas necessidades de recursos humanos na Corporação.

O aumento do efetivo ocorre somente através da autorização do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante-Geral da Corporação, consoante Lei Estadual n.º 14.696, de 11 de maio de 2005, que fixa o efetivo.

O Reacompletamento do Efetivo é a atividade que se destina a preencher os claros decorrentes da evasão de pessoal por motivos de exclusões a pedido e disciplinares, passagem para a reserva remunerada e não remunerada, reforma, falecimentos e transferências, em razão de concursos públicos estaduais e aumento do efetivo previsto.

Ao se definir o número de vagas resultantes da ocorrência de uma ou mais das situações assinaladas, o Comandante-Geral autoriza o seu preenchimento, ocasião em que mediante o Plano de Recrutamento, elaborado pelo Centro de Recrutamento e Seleção, disciplina a distribuição e prioridades de alocação dessas vagas nas Organizações Policiais Militares e Organizações Bombeiros Militares, dos Comandos Intermediários.

Uma vez elaborado o Plano, ativa-se o processo de recrutamento, com sua ampla divulgação, através de edital, informando ao público interessado os requisitos solicitados, número de vagas, datas e locais de inscrição.

Geralmente tal divulgação é realizada pela 5ª Seção do Estado-Maior, ou Relações Públicas, que faz um trabalho de divulgação ao interior do Estado, através das Organizações Policiais Militares e Organizações Bombeiros Militares, utilizando-se da imprensa falada, escrita e televisionada, além da página da Polícia Militar na internet e da página de instituição contratada.

No último concurso, as inscrições foram realizadas pela internet, através da página do Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná, contratada para operacionalizar o início do Concurso (inscrições e prova escrita de conhecimentos).

3.2 AS FORMAS DE INGRESSO

Segundo o artigo 11 do Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969, “o recrutamento de praças para as Polícias Militares obedecerá ao voluntariado, de acordo com legislação própria de cada Unidade da Federação, respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu Regulamento”.

A Lei n.º 1943, de 23 de junho de 1954 - Código da Polícia Militar do Paraná, estabelece em seus artigos 19 e 20, que os diferentes postos da hierarquia da Corporação são acessíveis a todos os seus componentes, observadas as condições previstas na legislação em vigor.

O ingresso na Corporação dar-se-á:

- a) como oficial não combatente;
- b) como soldado; e
- c) como aluno do Curso de Formação de Oficiais Combatentes.

São condições para o ingresso:

I - ...

II - como soldado:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da Região;
- c) ser alfabetizado;
- d) ter comprovada moralidade;
- e) ter capacidade física comprovada pelo Serviço de Saúde da Corporação;
- f) ter no máximo 30 anos de idade.

3.3 AS FASES DO CONCURSO PARA O INGRESSO

O ciclo completo para o ingresso como Praça (Soldado) na Polícia Militar, coordenado pelo Centro de Recrutamento e Seleção, ocorre da seguinte forma:

a) Autorização Governamental (Decreto):

- A PM/1 realiza um estudo com relação ao número de vagas em aberto e encaminha ao Comando-Geral.
- Comando-Geral, encaminha Ofício ao Governo do Estado solicitando abertura de Concurso Público para preenchimento das vagas.

b) Elaboração do Edital:

- CRS, CJ e PM/1 em conjunto, elaboram minuta de Edital para aprovação pelo Comando-Geral.
- Publicação em DOE do Edital pelo CRS.
- Composição das Bancas Examinadoras, as quais são publicadas em BCG através de Portarias elaboradas pelo CRS.

c) Divulgação de abertura do Concurso:

- Nota da 5ª Seção para os principais meios de comunicação existentes no Estado divulgando o concurso.
- Inclusão no Site da PMPR de link contendo informações sobre o Concurso pelo CRS através da DTI.

d) Inscrições:

- De conformidade com o Edital (CRS ou Terceirizado).
- Publicação em DOE contendo a relação dos inscritos.

e) Ensalamento:

- De acordo com Edital (CRS ou Terceirizado).

f) Prova Escrita de Conhecimentos.

- Publicação em DOE do Edital pelo CRS.
- Elaboração da Prova, aplicação e correção de acordo com Edital (CRS ou Terceirizados).

g) Divulgação do resultado da Prova Escrita:

- Edital de divulgação, publicação em DOE e no site da PMPR.

h) Exame de Saúde:

- Avaliação Psicológica realizado pelo CRS ou Terceirizado.
- Se realizado pelo CRS, compra do material antecipadamente.
- Avaliação Médica realizada pela JOS.

i) Divulgação do Exame de Saúde:

- Edital de divulgação, publicação em DOE e no site da PMPR.

j) Exame de Capacidade Física;

- Realizado por Banca Examinadora.

k) Divulgação do Resultado do Exame de Capacidade Física;

- Edital de divulgação, publicação em DOE e no site da PMPR.

l) Pesquisa Social e Documental;

- Realizada pela PM/2.

m) Resultado da Pesquisa Social;

- Edital de divulgação, publicação em DOE e no site da PMPR.

n) Resultado Final com a convocação para Inclusão;

- Edital de divulgação, publicação em DOE e no site da PMPR.

o) Inclusão;

- Recebimento de documentos exigidos para inclusão.

- Análise dos documentos recebidos.
- Elaboração da Ficha de Inclusão Individual e assinatura do candidato.
- Elaboração da Portaria para publicação em BCG da inclusão de civis.
- Publicação em DOE.

p) Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado.

3.4 O PERÍODO BÁSICO DE FORMAÇÃO DO SOLDADO

O Curso de Formação de Soldados destina-se a propiciar ao militar estadual, os conhecimentos necessários à execução de atividades de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, através dos tipos, modalidades e processos de policiamento ostensivo e velado, previstos nas Constituições Federal e Estadual, Legislações, Atos Normativos vigentes. Deverá ter a duração de 1.300 (mil e trezentas) horas/aula, em regime de dedicação exclusiva, incluindo a aplicação em atividades noturnas, feriados e finais de semana.

Como Aluno Soldado ou Soldado de 2.^a Classe, o militar fará jus, desde o seu ingresso na PMPR, à remuneração, de R\$ 867,00 (oitocentos e sessenta e sete reais), fardamento, assistência médico-hospitalar, psicológica e odontológica, conforme legislação em vigor (Edital n.º 004/2005, p.2).

O Curso de Formação de Soldados – CFSd, deverá ser realizado no CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Órgão de Apoio de Ensino subordinado à Diretoria de Ensino da PMPR), localizado na Academia Policial Militar do Guatupê, no município de São José dos Pinhais, PR.

A critério da Diretoria de Ensino da PMPR, o Curso de Formação poderá ser descentralizado para qualquer Unidade da Polícia Militar no Estado, atendidas a conveniência e oportunidade, conforme as necessidades da Corporação e suas disponibilidades de logística e docente.

Caso sejam abertos Cursos de Formação nas Organizações Policiais Militares, diversas do CFAP, terão preferência para freqüentá-los os candidatos aprovados que residam na circunscrição territorial da Unidade, respeitada a

ordem de classificação e número de vagas.

Após a conclusão do CFSd, independentemente do local ou OPM que o militar realizou o Curso de Formação, será ele classificado em qualquer uma das Unidades da PMPR.

4 OS DESAFIOS DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR

4.1 A PROFISSÃO

“A profissão é uma atividade específica dentro da divisão social do trabalho, relativamente estável, posta ao serviço das necessidades da comunidade e de seus membros e recompensada pela conveniente parcela (participação) da renda nacional” (KLINGER apud VALLA, 2003, p. 21).

Na atualidade, a profissão apresenta um sentido mais abrangente e inclui todas as ocupações remuneradas que exigem treinamento e regulamentação. No seu exercício, o homem busca o ganho para a sua subsistência e de seus familiares e, sobretudo, concorre para a edificação do grande edifício social da humanidade.

No exercício de uma profissão, o homem especializa-se numa atividade específica, abre caminhos para a sua própria promoção humana. Nesse contexto, o jovem é encaminhado para uma determinada profissão, em primeiro lugar motivado pela **tradição**. Os pais ou os avós foram médicos, ou militares, ou ferroviários, ou metalúrgicos, ou advogados; os filhos ou os netos são encaminhados ou persuadidos a seguir estes modelos profissionais, transmitidos de geração em geração. A **vocação** aparece em segundo lugar. É a inclinação ou tendência natural por determinada atividade que se manifesta em cada pessoa. O bom profissional, bem vocacionado, exerce o seu mister com perfeição e acrescenta a isso outras boas qualidades pessoais. E, por último, pela **necessidade** de sustento. Para tanto, o homem necessita de emprego. E, em determinada circunstância, é o único meio que encontra para ingressar no mercado de trabalho. Todavia, isto não significa que ninguém possa tornar-se um

profissional competente, tendo escolhido o que não lhe era movido pelo que entendia estar vocacionado (VALLA, 2003, p. 21).

A pessoa que não dispõe de um mínimo de vocação profissional, dificilmente poderá internalizar e suportar as onerosas exigências da missão atribuída à Corporação. Aqui se está diante de grande paradoxo, pois a maioria que procura o ingresso nas Polícias Militares o faz motivado por espírito de aventura e não por espírito de serviço.

Quando se eleva a profissão ao nível de missão, tem-se a dimensão deontológica. O profissional não é só conceituado como técnico – capacitado para atuar na sua especialidade – mas também como alguém que atribui à sua ação valores éticos, estéticos e metafísicos. O técnico cultiva os valores úteis e os valores lógicos, podendo atingir nessa hierarquia axiológica (relativo aos valores morais) uma forma de muito eficiência. O deontólogo, além desses valores, cultiva os valores hierarquicamente superiores, e atinge, além da eficiência, uma ressonância afetiva e espiritual, que se aproxima do heroísmo [...] Quem não ama sua profissão, (inteligência + coração) não é capaz de algum sacrifício (MACEDO apud VALLA, 2003, p. 24).

Os Policiais-Militares e os Bombeiros-Militares devem estar muito bem preparados para atuarem nas questões relacionadas com a ordem pública, em seus diversos aspectos, segurança pública, tranquilidade e salubridade, que são essenciais no Estado Democrático de Direito que tem na lei a sua principal fonte a ser observada e respeitada por todos os brasileiros e estrangeiros que vivem no território nacional.

É preciso ter em mente que a atividade de polícia é caracteristicamente discricionária e, no caso da preservação e restabelecimento da ordem pública, ela deve ser empreendida de imediato, onde e quando houver ameaça ou violação, muitas vezes por um agente isolado (MOREIRA NETO, 1994, p. 51).

Isso exige, dos agentes de segurança pública, notadamente o policial-militar, um excepcional juízo de adequabilidade, compatibilidade e proporcionalidade de sua atuação, em relação à ameaça ou violação enfrentada, quando no emprego da força, de modo a conciliar a mais rigorosa observância da lei com o máximo de eficiência funcional.

4.2 A ESCOLARIDADE EXIGIDA NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS

4.2.1 Nível de Escolaridade na Polícia Federal

A Lei n.º 11.095, de 13 de janeiro de 2005, que altera dispositivos da Lei n.º 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que integram, estabelece o seguinte:

Art. 3º A Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º - O ingresso nos cargos da Carreira Policial Federal far-se-á mediante concurso público, **exigido o curso superior completo, em nível de graduação**, sempre na 3ª (terceira) classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente. (Grifamos).

4.2.2 Nível de Escolaridade na Polícia Civil do Paraná

Segundo informações da Subdivisão de Planejamento da Escola Superior da Polícia Civil do Paraná, a Lei Complementar Estadual n.º 89, de 25 de julho de 2001, exige que o ingresso nas carreiras de **Escrivão, Investigador de Polícia, Datiloscopista e Identificador Datiloscópico**, somente dar-se-á com a **comprovação de escolaridade de terceiro grau** (Grifamos). Contudo, na vigência da referida lei não houve concurso público.

Tal exigência partiu através de algumas justificativas elaboradas pelo Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná, em que constava que o exercício da atividade policial, detentora de prerrogativa de Polícia Judiciária, que tem por missão a apuração da autoria e materialidade delitivas, o que exige conhecimento nas diversas áreas do Direito, como conhecimentos de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Constitucional e demais disciplinas do Direito. Também argumentaram a necessidade de se elevar o grau de escolaridade e, por consequência, o aprimoramento do Inquérito Policial e a dignidade da função policial civil, com reflexos no bom serviço na área da segurança pública (ROSE MARY. Pesquisa. Mensagem recebida por:

espcspln@pc.pr.gov.br em 13 de outubro de 2005).

4.2.3 Nível de Escolaridade na Polícia Rodoviária Federal

A Lei n.º 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a carreira de Policial Rodoviário Federal, estabelece o seguinte:

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Poder Executivo, a carreira de Policial Rodoviário Federal, com as atribuições previstas na Constituição Federal, no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação específica.

Parágrafo único. A implantação da carreira far-se-á mediante transformação dos atuais dez mil e noventa e oito cargos efetivos de Patrulheiro Rodoviário Federal, do quadro geral do Ministério da Justiça, em cargos de Policial Rodoviário Federal.

Art. 2º A carreira de que trata esta Lei terá a mesma estrutura de classes e padrões e tabela de vencimentos previstos na Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, enquadrando-se os servidores na mesma posição em que se encontrem na data da publicação desta Lei.

Art. 3º O ingresso nos cargos da carreira de que trata esta Lei dar-se-á mediante aprovação em concurso público, constituído de duas fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de exame psicotécnico e de provas e títulos e a segunda constituída de curso de formação.

§ 1º São requisitos de escolaridade para o ingresso na carreira o **diploma de curso de segundo grau oficialmente reconhecido**, assim como os demais critérios que vierem a ser definidos no edital do concurso. (Grifamos).

4.2.4 Nível de Escolaridade na Polícia Militar do Paraná

Na Polícia Militar do Paraná, de acordo com o Decreto n.º 1.029, de 23 de dezembro de 1991, estabelece o seguinte:

Art. 1º - O ingresso nas carreiras policiais civis e militares, com exceção daqueles que exigem nível superior, somente dar-se-á com a comprovação da escolaridade de **2º grau completo ou equivalente**. (Grifamos).

Verifica-se que tal exigência é tida como requisito para o ingresso como Aluno Soldado ou Soldado de 2ª Classe e como Aluno do Curso de Formação de

Oficiais Combatentes, exceto para o ingresso como Oficial não combatente ou especialista.

4.3 DADOS DO ÚLTIMO CONCURSO PARA SOLDADO DA PMPR

Conforme notícias da Intranet da PMPR, acessada em 26 de outubro de 2005, cerca de 20.000 (vinte mil) candidatos se inscrevera no último Concurso Público para o ingresso na PMPR.

Destes, segundo o Capitão Dicésar Moreira Luiz, Subchefe do CRS, devem participar do concurso 20.835 (vinte mil oitocentos e trinta e cinco) candidatos, dos quais 15.409 (quinze mil quatrocentos e nove) são homens e 5.426 (cinco mil quatrocentos e vinte e seis) são mulheres. Os candidatos que concorrerão nas vagas de afro-descendentes somam 2.719 (dois mil setecentos e dezenove) inscritos. Depois do Paraná, o maior número de inscritos é de São Paulo (220), seguido por Santa Catarina (194), Rio de Janeiro (54), Rio Grande do Sul (54) e Mato Grosso do Sul (44).

Infelizmente, tanto o CRS quanto o Núcleo de Concursos da UFPR, não dispõem do número de candidatos inscritos que possuem o nível superior, ficando prejudicado externar qualquer comentário ou análise.

4.4 A EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR PARA A ATIVIDADE POLICIAL

Um dos princípios básicos dos reformadores policiais é que elevar a qualidade do pessoal é a chave para melhorar o funcionamento da polícia. Como resultado, muitos dos esforços para modernizar as agências de polícia concentram-se em problemas de pessoal: recrutamento, padrões de seleção, procedimentos de promoção, treinamentos e, mais recentemente, educação (GOLDSTEIN, 1931, p. 317).

A educação é um poderoso agente transformador da sociedade. Ela

impulsiona empresas e alavanca países. Os últimos indicadores de desempenho da Polícia Militar de Minas Gerais mostram que o poder oriundo da sala de aula interfere até mesmo na segurança pública. Os estudiosos do assunto informam que o segredo de Minas está ligado a duas iniciativas no universo da educação. A primeira foi obrigar os oficiais a fazer curso de pós-graduação. A Segunda consistiu em incentivar soldados a tirar um diploma de curso superior (Revista Veja, 2000, p. 90).

Segundo GOLDSTEIN (1931, p. 353), os argumentos favoráveis em torno do nível superior para a polícia, podem ser divididos em duas categorias:

1) A Polícia deveria buscar seu pessoal em indivíduos que freqüentem faculdades, mesmo que não possa ser claramente demonstrado que a educação superior seja de valia para o policiamento.

2) A experiência da faculdade produzirá um policial melhor.

Os argumentos expostos apóiam a educação superior para a polícia sem se preocupar com o que é aprendido. Refletem a posição de que a polícia não apenas tem a chance de lucrar ao recrutar entre aqueles que chegam até a faculdade, mas, mais especificamente, que é substância do que é aprendido na faculdade e na experiência da faculdade que produzirá um melhor policial.

Dado o grande número de faculdades e o número de pessoas que as freqüentam, o diploma em si reflete muito pouco do valor ou da relevância da experiência educacional. Entende-se que a gama de experiências para quem se forma no segundo grau é tamanha, que uma pessoa pode ser a favor ou contra a educação superior, para o ingresso como Soldado na Polícia Militar do Paraná, sem se comprometer com o que isso possa significar para a forma e a qualidade dos serviços da Corporação.

A exigência de curso superior, como um dos requisitos para o ingresso como Praça na PMPR, sob o aspecto geral, sem dúvida melhoraria a qualidade dos policiais, no entanto, não é absoluta.

Não deve ser entendida como a solução para todos os problemas da Corporação, pois se entende que além de investir em recursos humanos é preciso

também investir em recursos materiais e tecnológicos.

Sobre a exigência de nível superior para a atividade policial, o Delegado da Polícia Federal José Alberto de Freitas legas, Chefe da DPF/Guarapuava, conforme contato pessoal pronunciou-se da seguinte forma:

A exigência do nível superior, como medida isolada, não é suficiente para a melhora dos serviços. Existe a necessidade de aperfeiçoamento constante dos policiais e uma melhora na estrutura e nas condições, principalmente salariais. Isto porque, caso não existam incentivos para o policial prosseguir na carreira, a Instituição passará a ser utilizada como meio para outra carreira mais promissora e melhor remunerada.

Não se pode afirmar que pessoas com nível superior serão mais tolerantes e mais sensíveis em seus contatos com os cidadãos. Uma pesquisa futura poderá apoiá-la, mas no momento, temos uma noção de que tal exigência poderá garantir resultados mais aceitáveis e toleráveis para uma sociedade que clama por uma melhor segurança pública.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

5.1 MÉTODO UTILIZADO

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, com tratamento estatístico, pesquisas de campo e as constantes das referências.

5.2 POPULAÇÃO-ALVO E AMOSTRA

A população alvo foi constituída de 230 (duzentos e trinta) policiais-militares, integrantes das Companhias Independentes de Polícia Militar (Lapa e União da Vitória) e dos Batalhões de Polícia Militar (Capital e Interior do Estado).

Também foi aplicado um questionário para 60 (sessenta) acadêmicos da FIES – Faculdades Integradas Espírita do Paraná.

A amostragem foi intencional por agrupamentos.

5.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

5.3.1 Questionário aos Universitários

Foi estruturado em oito perguntas, destacando as destinadas a medir variáveis de comportamento do acadêmico em relação ao interesse pela Corporação. Foram analisados também os fatores preponderantes que motivam ou desmotivam o acadêmico para o ingresso, como Praça, na Polícia Militar do Paraná.

Cada variável foi hasteada por uma escala de concordância ou discordância com o enunciado.

5.3.2 Questionário aos Policiais-Militares

Foi estruturado em sete perguntas, destacando-se as destinadas a medir variáveis de opiniões sobre a exigência de nível superior para o ingresso, como Praça, na PMPR. Se tal exigência é tida como de fundamental importância para a Corporação.

Na atual conjuntura do País, se a exigência de nível superior é tida como de fundamental importância. Também se os policiais-militares com curso superior estarão menos sujeitos ao envolvimento com atividades ilícitas ou se estarão mais conscientes aos preceitos estabelecidos por Leis, Normas e Regulamentos.

Finalmente, foram externadas opiniões sobre a possibilidade do ingresso, com nível superior, diretamente no “Curso Especial de Formação de Sargentos”,

caso fosse viável.

Cada variável foi hasteada por uma escala de concordância ou discordância com o enunciado e ao final solicitava a opinião sobre a temática.

5.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise dos dados dos questionários constitui-se na tabulação das respostas, analisadas e apresentadas em tabela simples, freqüencial e percentualmente, e ilustrada graficamente, para melhor visualização dos resultados obtidos.

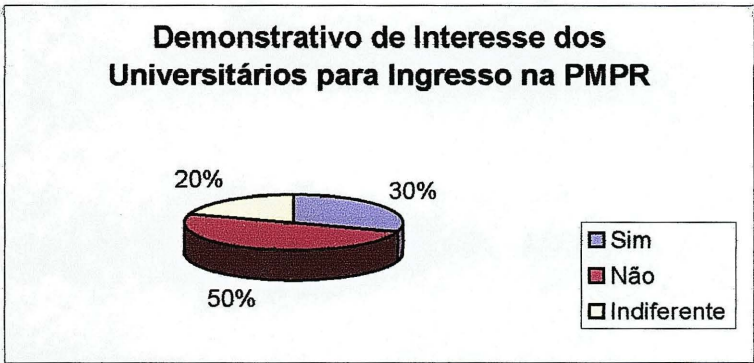
A tabela 1 e gráfico 1 demonstram o grau de interesse dos Universitários para o ingresso na carreira policial-militar, na condição de Soldado (Período base: Out. 2005).

TABELA 1 – INTERESSE UNIVERSITÁRIO X INGRESSO NA PMPR

INTERESSE UNIVERSITÁRIO	UNIVERSITÁRIOS	%
PARA O INGRESSO NA PMPR		
SIM	18	30%
NÃO	30	50%
INDIFERENTE	12	20%
TOTAL	60	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 1 - INTERESSE UNIVERSITÁRIO X INGRESSO NA PMPR



FONTE: Pesquisa de Campo

A tabela 2 e gráfico 2 demonstram os fatores motivadores ou preponderantes ao ingresso do Universitário na Corporação, na condição de Soldado (Período base: Out 2005).

TABELA 2 – FATOR MOTIVADOR X INGRESSO NA PMPR

FATOR MOTIVADOR PARA O INGRESSO NA PMPR	UNIVERSITÁRIOS	%
ESTABILIDADE PROFISSIONAL	26	43%
VOCAÇÃO	18	30%
FALTA DE OPÇÃO	10	17%
SALÁRIO	4	7%
OUTROS	2	3%
TOTAL	60	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 2 – FATOR MOTIVADOR X INGRESSO NA PMPR



FONTE: Pesquisa de Campo

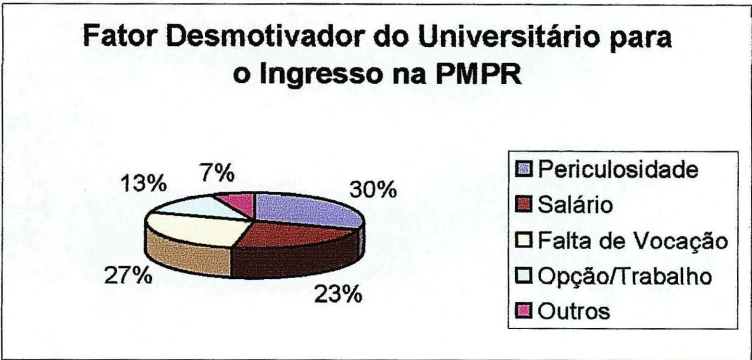
A tabela 3 e gráfico 3 demonstram opiniões dos Universitários sobre os fatores preponderantes que impedem ou desmotivam ao ingresso na carreira Policial-Militar, na condição de Soldado (Período base: Out 2005).

TABELA 3 – FATOR DESMOTIVADOR X INGRESSO NA PMPR

FATOR DESMOTIVADOR PARA O INGRESSO NA PMPR	UNIVERSITÁRIOS	%
PERICULOSIDADE	18	30%
FALTA DE VOCAÇÃO	16	27%
SALÁRIO	14	23%
OPÇÕES DE TRABALHO	8	13%
OUTROS FATORES	4	7%
TOTAL	60	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 3 – FATOR DESMOTIVADOR X INGRESSO NA PMPR



FONTE: Pesquisa de Campo

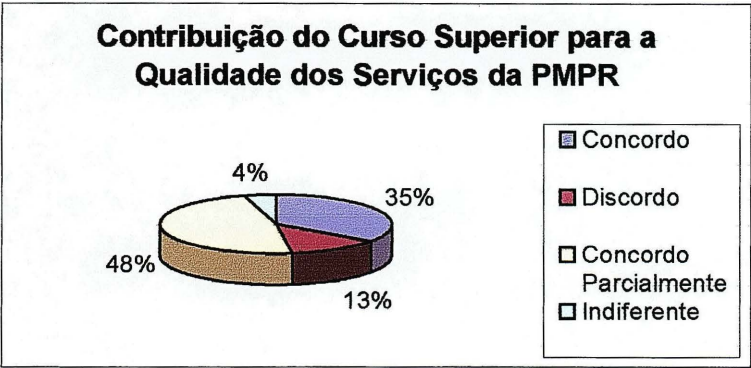
A tabela 4 e gráfico 4 demonstram opiniões dos Integrantes da PMPR, sobre a exigência de Curso Superior, como um dos requisitos para o ingresso como Praça, se efetivamente vai contribuir na melhoria da qualidade dos serviços da Corporação:

TABELA 4 – CURSO SUPERIOR X QUALIDADE DO SERVIÇO

O CURSO SUPERIOR VAI GERAR MELHORIAS NA QUALIDADE DO SERVIÇO	POLICIAIS-MILITARES	%
CONCORDO	80	35%
DISCORDO	30	13%
CONCORDO PARCIALMENTE	110	48%
INDIFERENTE	10	4%
TOTAL	230	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 4 – CURSO SUPERIOR X QUALIDADE DO SERVIÇO



FONTE: Pesquisa de Campo

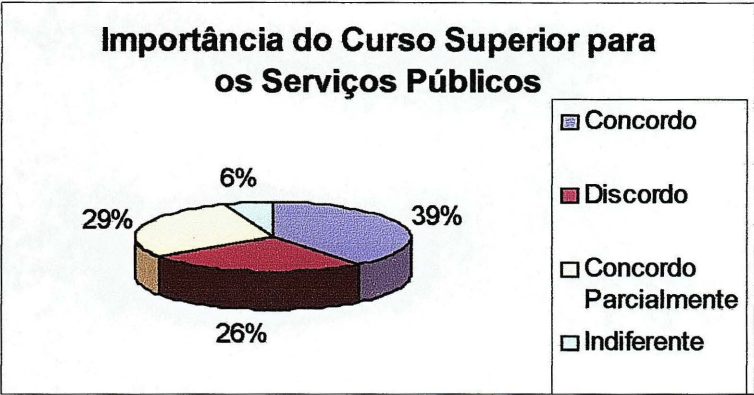
A tabela 5 e gráfico 5 demonstram opiniões dos Integrantes da PMPR, sobre a importância da exigência de Curso Superior para os serviços públicos, na atual conjuntura do País:

TABELA 5 – CURSO SUPERIOR X SERVIÇOS PÚBLICOS

O CURSO SUPERIOR É IMPORTANTE PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS	POLICIAIS- MILITARES	%
CONCORDO	91	39%
DISCORDO	59	26%
CONCORDO PARCIALMENTE	67	29%
INDIFERENTE	13	6%
TOTAL	230	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 5 – CURSO SUPERIOR X SERVIÇOS PÚBLICOS



FONTE: Pesquisa de Campo

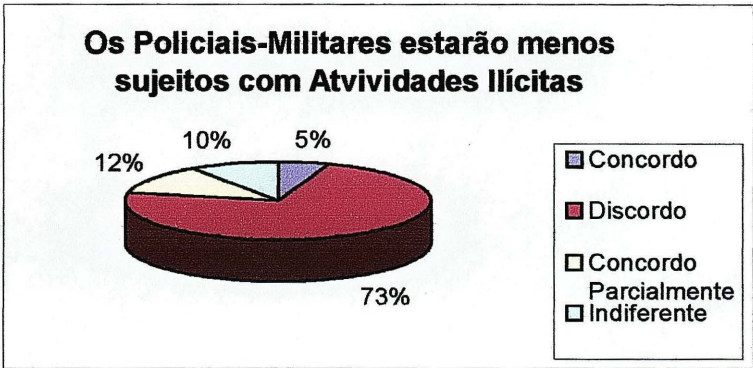
A tabela 6 e gráfico 6 demonstram opiniões dos Integrantes da PMPR, no sentido de que os Policiais-Militares que possuem Curso Superior, estarão menos sujeitos ao envolvimento com atividades ilícitas:

TABELA 6 – CURSO SUPERIOR X ATIVIDADES ILÍCITAS

O PM COM CURSO SUPERIOR ESTARÁ MENOS ENVOLVIDO COM ATIVIDADES ILÍCITAS	POLICIAIS- MILITARES	%
CONCORDO	12	5%
DISCORDO	168	73%
CONCORDO PARCIALMENTE	28	12%
INDIFERENTE	22	10%
TOTAL	230	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 6 – CURSO SUPERIOR X ATIVIDADES ILÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo

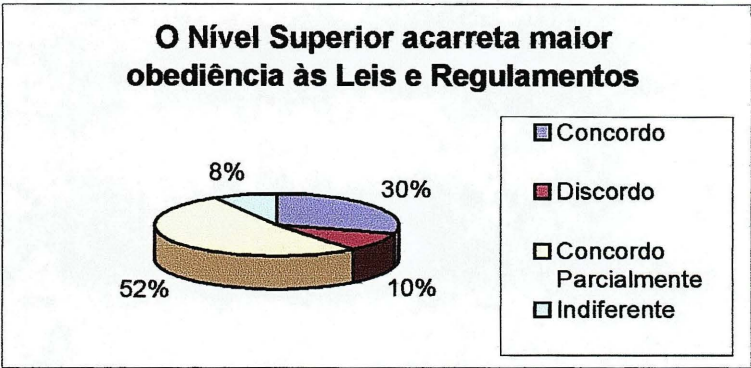
A tabela 7 e gráfico 7 demonstram opiniões dos Integrantes da PMPR, no sentido de que os Policiais-Militares, que possuem Curso Superior, estarão mais conscientes aos preceitos estabelecidos por Leis, Normas e Regulamentos:

TABELA 7 – CURSO SUPERIOR x OBEDIÊNCIA A LEIS E REGULAMENTOS

PM COM CURSO SUPERIOR DEVE MAIS OBEDIÊNCIA ÀS LEIS E REGULAMENTOS	POLICIAIS- MILITARES	%
CONCORDO	68	30%
DISCORDO	22	10%
CONCORDO PARCIALMENTE	121	52%
INDIFERENTE	19	8%
TOTAL	230	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 7 – CURSO SUPERIOR x OBEDIÊNCIA A LEIS E REGULAMENTOS



FONTE: Pesquisa de Campo

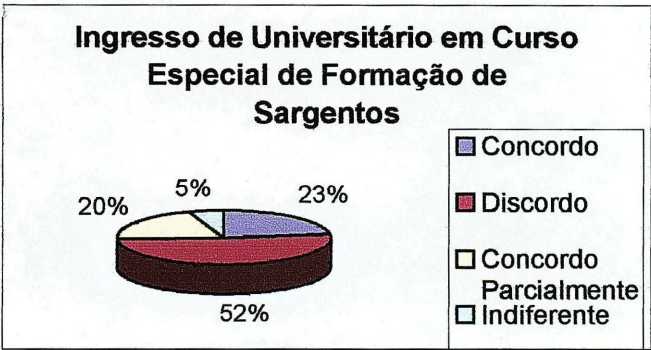
A tabela 8 e gráfico 8 demonstram opiniões dos Integrantes da PMPR, sobre o candidato com Curso Superior ingressar na PMPR, diretamente como Aluno-Sargento, freqüentando um “Curso Especial de Formação de Sargentos”, uma alternativa de valorização e aproveitamento dos recursos humanos.

TABELA 8 – CURSO SUPERIOR x CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS

CANDIDATO COM CURSO SUPERIOR INGRESSAR COMO SARGENTO	POLICIAIS- MILITARES	%
CONCORDO	52	23%
DISCORDO	119	52%
CONCORDO PARCIALMENTE	47	20%
INDIFERENTE	12	5%
TOTAL	230	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 8 – CURSO SUPERIOR x CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS



FONTE: Pesquisa de Campo

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONCLUSÃO

Maior que o sentimento do dever cumprido é a satisfação da constatação da obra concluída, podendo passar a funcionar adequadamente.

Desde o início deste Trabalho Técnico-Científico, objetivou-se colher informações sobre a viabilidade e relevância da obrigatoriedade de um Curso Superior, como um dos requisitos para ingresso, como Praça, na Polícia Militar do Paraná.

É salutar um conjunto de medidas para implementar a melhoria dos serviços policiais, dentre os quais a educação. Investir na educação é talvez a forma mais dramática, através da qual, a polícia pode tirar de si algumas das mais persistentes concepções erradas ligadas ao seu trabalho, tais como a impressão de que ele consiste de tarefas simples, que podem ser executados por qualquer um (GOLDSTEIN, 1931, p. 354).

Por outro lado, não podemos afirmar que somente o curso superior minimizaria os problemas da qualidade dos recursos humanos existentes na corporação, pois é sabido que o ser humano possui desvios de conduta, que não podem ser corrigidos simplesmente pelo fato de serem possuidores de uma formação superior.

Hoje, apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos está cursando o ensino superior, número bem abaixo da Argentina, que tem 32%, dos Estados Unidos, com 50%, e do Canadá, com 62%. O Plano Nacional de Educação (2001/2010) prevê uma taxa de escolarização de 30% da população. O Estado brasileiro precisa promover políticas efetivas que garantam o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior expandindo as Instituições Federais de Ensino Superior para regiões que careçam de escolas superiores, criando vagas públicas nas universidades não estatais e privadas e ampliando os cursos noturnos nas universidades públicas já instaladas. O desafio da inclusão social é um dos temas

centrais da reforma (MEC. Disponível em: < www.portal.mec.gov.br> Acessado em: 11 de novembro de 2005).

Apesar do crescimento de matrículas nos cursos de graduação dos últimos anos, o Brasil, com menos de 8% dos jovens entre 20 e 24 anos matriculados em Instituição de Ensino Superior, está muito atrasado em relação aos países de nível de desenvolvimento semelhante (MEC. Disponível em: < www.portal.mec.gov.br> Acessado em: 11 de novembro de 2005).

De acordo com o exposto, subentende-se que a média de idade do jovem, que se forma em uma Instituição de Ensino Superior, fica em torno de 24 a 28 anos, o que o tornaria, em regra, numa análise superficial, inviável para iniciar uma carreira policial, que em média, dura cerca de 30 anos .

No mesmo sentido, outro ponto a destacar é a condição física dessa pessoa, pois a atividade policial exige muito vigor físico, daí a importância do ingresso de pessoas mais jovens. Por outro lado, a profissão policial-militar também exige uma série de atributos e valores, típicas de pessoas mais experientes.

Os conhecimentos e a convivência adquiridos na Faculdade, somados aos atributos do candidato, certamente são requisitos que podem colocá-lo diretamente na condição de Graduado, bastando apenas freqüentar um “Curso Especial de Formação de Sargentos”, apenas como exemplo, que o qualificaria para as diversas atividades desenvolvidas pela Corporação.

Na mesma linha, também seria viável um Plano de Carreira às Praças, com nível superior, visando o incentivo e permanência na carreira policial. Assim como ocorre com a Praça que presta concurso para a Escola de Formação de Oficiais, que dá um “salto” significativo na carreira, afinal, quem pode o mais pode o menos.

É preciso adotar uma política de valorização do policial-militar que possui Curso Superior, principalmente àqueles que se dedicam “de corpo e alma” à Corporação. Neste sentido, a Instituição também estaria atraindo pessoas com nível superior e ao mesmo tempo valorizando as Praças que possuem um Curso

Superior.

Neste sentido, vale lembrar que recentemente o Governo do Estado do Paraná, através de Decreto n.º 5.724, de 28 de novembro de 2005, acabou com a exigência de altura mínima para o ingresso na Polícia Militar, bem como, viabilizou um diferencial no salário para o Policial-Militar que possui Curso Superior, com proposta ainda a ser regulamentada.

Vale lembrar que a Universidade tem a função social de formar o estudante para exercer determinada carreira, por isso cabe à Corporação dar ênfase em estudos pós-ingresso, onde o apoio à educação sem mudança é demonstrado mais claramente na preferência do estabelecimento policial em educar o recrutado, em vez de recrutar o educado.

Finalizando, conclui-se que o nível médio (2º grau), como requisito de escolaridade para o ingresso como Praça na Polícia Militar do Paraná, ainda é o pedido mais plausível e centrado no momento.

6.2 SUGESTÕES

Tendo como base o que pudemos desenvolver neste trabalho, com espeque nas referências e pesquisas de campo, apresentamos adiante algumas sugestões que podem ser adotadas pelo Escalão Superior, a fim de fundamentar o estudo sobre a exigência de nível de escolaridade para o ingresso, como Praça, na Corporação, conforme segue:

a) Realização de um estudo sobre o número de candidatos, com nível superior, que prestaram o último concurso para o ingresso como Praça na PMPR, objetivando ter um melhor parâmetro sobre futuras alterações no nível de escolaridade a exigir.

b) Adoção de um Projeto semelhante ao da Polícia Militar de Minas

Gerais, onde obrigou-se os Oficiais a fazer curso de pós-graduação e incentivou Soldados a tirar um diploma de Curso Superior, premiando de alguma forma pelos conhecimentos adquiridos (COUTINHO, L. Educação – O Nível Melhorou. Revista Veja, São Paulo, p. 90, 2000).

c) Realização de um estudo sobre a implementação de um **“Curso Especial de Formação de Sargentos”**, para candidatos com nível superior, em razão das variáveis, tais como: idade, condicionamento físico do candidato; salário e competitividade do mercado por mão-de-obra qualificada, embora a pesquisa aponte que 52% dos integrantes da Corporação não concordam com tal viabilidade.

d) Viabilização de um estudo no sentido de abrir concurso interno para a Praça (Cabos) que possui Curso Superior, para ingressar no **“Curso Especial de Formação de Sargentos”**, desta forma, valorizar-se-ia o efetivo que possui tal requisito.

e) Viabilização de um estudo no sentido de estabelecer um **“Plano de Carreira às Praças”**, que possuem Curso Superior, visando incentivar o efetivo policial-militar e ao mesmo tempo, adotando mais um atrativo para o candidato civil ingressar na Corporação.

f) Implementação de ações de mídia nas Faculdades ou Universidades, a fim de buscar angariar candidatos, visando minimizar os Fatores Desmotivadores que impedem o ingresso de pessoas com nível superior na PMPR.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. **Organização Policial Brasileira**. O Alferes: Belo Horizonte: n. 7, 1986.

AMARAL, L. **Direito e Segurança Pública – A Juridicidade Operacional da Polícia**. 1. ed. Brasília: Consulex, 2003.

BALESTRERI, R.B. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Edições CAPEC. Passo Fundo, RS: Gráfica Editora Berthier, 2003.

BAYLEY, D; SKOLNICK, J. **Nova Polícia**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Polícia e Sociedade; n. 2)

BISCAIA, A. **Projeto de Segurança Pública para o Brasil**. Brasília: Instituto Cidadania, 2001.

COUTINHO, L.. **Educação – O Nível Melhorou**. Revista Veja, São Paulo, p. 90, 2000.

GOLDSTEIN, H. **Policiando uma Sociedade Livre**. Tradução: Marcelo Rollemberg. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Polícia e Sociedade; n. 9).

LAZZARINI, A . **Da Segurança Pública na Constituição de 1988**. Revista A Força Policial, São Paulo, n.º 3, jul/set, p. 56, 1994.

MARY, Rose. Pesquisa. E-mail. Mensagem recebida por: [<espcsplan@pc.pr.gov.br>](mailto:espcsplan@pc.pr.gov.br) em: 13 de outubro de 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Disponível em: [<www.portal.mec.gov.br>](http://www.portal.mec.gov.br) Acessado em: 11 de novembro de 2005).

MOREIRA NETO. **A Segurança Pública na Constituição**. Revista A Força Policial, São Paulo, n.º 3, jul/set, p. 51, 1994.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Intranet Notícias. Disponível em: [<http://10.47.1.19/noticias>](http://10.47.1.19/noticias) Acessado em: 25 de outubro de 2005.

ROCHA, F. **Implantação da Qualidade Total na Polícia Militar do Piauí**. São José dos Pinhais, 2001. 109 f. Projeto de Monografia. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Academia Policial Militar do Guatupê, Polícia Militar do Paraná.

ROSA, W. **Integração dos Serviços Policiais no Combate à Criminalidade na Região de Fronteira do Paraná**. São José dos Pinhais, 2002. 128 f. Monografia. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Academia Policial Militar do Guatupê, Polícia Militar do Paraná.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para Apresentação de Documentos Científicos**, 1. Biblioteca Central, Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

VALLA, O. **Deontologia Policial-Militar**. 3ª ed. rev. e ampl. Curitiba: Reproset Indústria Gráfica Ltda, 2003.

_____, **Doutrina de Emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar**. 2ª ed. rev. e ampl. Curitiba: Optagraf Editora e Gráfica Ltda, 2004.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988. 26. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

_____. Decreto-Lei Federal n.º 667, de 02 de julho de 1969. **Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados**. Publicado no Diário Oficial da União de 3 de julho de 1969.

_____. Decreto-Lei Federal n.º 2.010, de 12 de janeiro de 1983. **Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados**. Publicado no Diário Oficial da União de 3 de janeiro de 1983.

_____. Decreto-Lei Federal n.º 88.777, de 30 de setembro de 1983. **Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares (R-200)**. Publicado no Diário Oficial da União n.º 191, de 1 de outubro de 1983.

PARANÁ. Lei Estadual n.º 1943, de 23 de junho de 1954. **Código da Polícia Militar do Estado do Paraná**.

_____. Lei Estadual n.º 6774, de 08 de janeiro de 1976. **Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná.** Publicada no Diário Oficial do Estado n.º 218, de 14 de janeiro de 1976.

_____. Decreto Estadual n.º 1.029, de 23 de dezembro de 1991. **Estabelece Nível de Escolaridade para o Ingresso na Polícia Militar do Estado do Paraná.** Publicada no Diário Oficial do Estado n.º 3.666, de 23 de dezembro de 1991.

ANEXOS

- Questionário aos Universitários.
- Questionário aos Policiais Militares.
- Edital n.º 004/05.

Questionário 1 – Destinado aos Universitários.

**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ**

QUESTIONÁRIO

1) Você na condição de recém formado, ingressaria na PM, como Soldado, a fim de iniciar a carreira PM:

☐ Sim ☐ Não ☐ Indiferente

2) Emita sua opinião sobre o fator preponderante para o ingresso, como Soldado, na Polícia Militar:

☐ Estabilidade profissional; ☐ Salário; ☐ Vocação;
☐ Falta de opção profissional; ☐ Outros fatores.

3) Emita sua opinião sobre o fator principal que impede ou desmotiva o ingresso na Polícia Militar:

☐ Periculosidade profissional; ☐ Salário; ☐ Falta de vocação;
☐ Outras opções de trabalho; ☐ Outros fatores.

4) Você acredita que a exigência de Curso Superior, como um dos requisitos para ingresso na Corporação, iria resultar na melhoria da qualidade dos serviços:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

5) Você entende que o Policial Militar, com Curso Superior, possuirá melhor capacidade para o cumprimento de suas atividades:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

6) Você entende que, na atual conjuntura do País, a exigência de Curso Superior é tida como de fundamental importância para os serviços públicos:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

7) Pode-se afirmar que os Policiais-Militares com Curso Superior estarão menos sujeitos ao envolvimento com atividades ilícitas:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

8) Pode-se afirmar que o fato de possuir um curso superior na área de ciências humanas, tal como: Direito, História, Pedagogia ou Psicologia, iria melhorar o desempenho do futuro policial militar:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

Questionário 2 – Destinado aos Policiais-Militares.

**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ**

QUESTIONÁRIO

1) A exigência de Curso Superior, como um dos requisitos para o ingresso na Polícia Militar do Paraná, na condição de Aluno-Soldado, vai contribuir na melhoria da qualidade dos serviços da Corporação:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

2) A possibilidade do candidato com Curso superior ingressar na PMPR, diretamente como Aluno Sargento, freqüentando um “Curso Especial de Formação de Sargentos”, seria uma alternativa de melhor aproveitamento dos recursos:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

3) O efetivo Policial Militar, com Curso Superior, possuirá melhor capacidade para o cumprimento das atividades desenvolvidas pela Corporação:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

4) Na atual conjuntura do País, a exigência de Curso Superior é tida como de fundamental importância para os serviços públicos:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

5) Os Policiais-Militares com Curso Superior estarão menos sujeitos ao envolvimento com atividades ilícitas:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

6) Os Policiais-Militares, com Curso Superior, estarão mais conscientes aos preceitos estabelecidos por Leis, Normas e Regulamentos:

☐ Concordo ☐ Discordo ☐ Concordo parcialmente ☐ Indiferente

7) Qual é a sua opinião sobre a exigência de Curso Superior, como um dos requisitos, para ingresso na Corporação, na condição de Aluno-Soldado:

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
COMANDO-GERAL
GABINETE

EDITAL n.º 004/2005

**CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE
SOLDADO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) DA POLÍCIA MILITAR DO
PARANÁ**

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMPR), com sede de comando à Avenida Marechal Floriano Peixoto, n.º 1401, Bairro Rebouças, Curitiba-PR, CEP 80.230-110, tendo em vista o disposto no art. 42, § 1.º, c/c art. 142, § 3.º, inciso X da Constituição Federal; no art. 45, *caput* e § 9.º da Constituição Estadual; nos arts. 10 *caput* e parágrafo único, 19, 20, alínea "b", 21, inciso II, 43, alínea "e", da lei n.º 1.943, de 23/06/1954 (Código da Polícia Militar); no art. 4.º da lei n.º 6.774, de 08/01/1976 (Lei de Organização Básica); no art. 2.º da lei n.º 7.047, de 21/11/1978 que fixa o efetivo da Corporação; no art. 1.º, § 2.º, da lei n.º 12.975, de 17/11/2000; na Lei Estadual nº 14.804, de 20/07/05, no Decreto Estadual nº 5.309, de 29/08/05 e na autorização governamental constante no protocolo n.º 8.630.278-0, torna público que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público para ingresso na PMPR, destinado ao preenchimento de 1.000 (um mil) vagas, nos termos deste Edital.

Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões para pessoas do sexo feminino, observada a ordem de classificação geral.

De acordo com o disposto na lei estadual n.º 14.274, de 24 de dezembro de 2003, ficam assegurados aos candidatos que se declararem afrodescendentes, nos termos do art. 4.º dessa Lei, 10% (dez por cento) do total de vagas ofertadas.

Os candidatos afrodescendentes que não lograrem êxito na classificação dentro do número de vagas preferenciais, concorrerão, em igualdade de condições, às vagas remanescentes com os demais candidatos.

As vagas preferenciais destinadas aos afrodescendentes que não forem preenchidas serão revertidas aos demais candidatos, respeitados os limites entre masculinas e femininas.

Os candidatos que se declararem afrodescendentes, serão submetidos à entrevista individual realizada por Subcomissão específica, a fim de verificar se o candidato se enquadra dentro do disposto no artigo quarto da Lei supracitada, logo após a divulgação do resultado da 1.ª Fase (Prova Escrita de Conhecimentos).

Não sendo confirmado por comissão específica o que se refere ao art. 4.º da lei n.º 14.274/03, o candidato será desclassificado do Concurso.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público visa a selecionar candidatos ao ingresso na PMPR, na condição de Soldado de 2.ª Classe, e conseqüente matrícula como no do Curso de Formação de Soldados (CFSd), o qual, concluído com aproveitamento,

propiciará a imediata promoção do militar a Soldado de 1.^a Classe e enquadramento na Qualificação Policial Militar QPM 1-0.

1.2 O Curso de Formação destina-se a propiciar ao militar estadual os conhecimentos necessários à execução de atividades de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, através dos tipos, modalidades e processos de policiamento ostensivo e velado, previstos nas constituições federal/estadual e legislações/atos normativos vigentes e terá a duração de 1.300 (um mil e trezentas) horas-aula, em regime de dedicação exclusiva, incluindo atividades noturnas, feriados e finais de semana.

1.3 Como Soldado de 2.^a Classe, o militar fará jus, desde o seu ingresso na PMPR, à remuneração de R\$ 867,00 (oitocentos e sessenta e sete reais), fardamento, assistência médico-hospitalar, psicológica e odontológica, conforme legislação em vigor.

1.4 A execução da primeira fase do Concurso Público regido por este Edital caberá ao Núcleo de Concursos (NC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR); as demais fases serão de responsabilidade da Diretoria de Pessoal (DP), por intermédio do Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) da PMPR.

1.5 O prazo de validade do Concurso será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período. No caso de restarem suplentes, estes poderão ser chamados, havendo interesse institucional, dentro do prazo de validade do concurso; se decorridos 6 (seis) meses do encerramento do Concurso os suplentes convocados serão submetidos novamente ao Exame de Saúde, Capacidade Física e Pesquisa Social.

2 DO CURSO DE FORMAÇÃO

2.1 O Curso de Formação será realizado no CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Órgão de Apoio de Ensino subordinado à Diretoria de Ensino da PMPR), localizado no município de São José dos Pinhais, PR, Bairro Guatupê.

2.2 A critério da Diretoria de Ensino da PMPR, o Curso de Formação poderá ser descentralizado para qualquer Unidade da Polícia Militar no Estado, atendidas a conveniência e oportunidade e conforme as necessidades da Corporação e suas disponibilidades de logística e docente.

2.3 Caso sejam abertos Cursos de Formação em outras OPM - Organização Policial Militar -, diversas do CFAP em São José dos Pinhais, terão preferência para freqüentá-los os candidatos aprovados que residam na circunscrição territorial da Unidade, respeitada a ordem de classificação e número de vagas.

2.4 Após a conclusão do CFSd, independentemente da localidade/Unidade Policial Militar onde o militar realizou o Curso de Formação, será ele classificado em qualquer uma das Unidades da PMPR para onde for designado.

3 DA INSCRIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR

3.1 Da Inscrição

3.1.1 A inscrição do candidato deverá ser efetuada somente via Internet, no endereço eletrônico www.nc.ufpr.br.

3.1.2 O candidato poderá efetuar sua inscrição a partir das 8 horas do dia 10 de outubro de 2005 até as 12 horas do dia 24 de outubro de 2005.

3.1.3 Após o preenchimento do formulário de inscrição, o candidato deverá fazer a conferência das informações antes de confirmar e, após, imprimir o boleto bancário e pagá-lo preferencialmente nas casas lotéricas ou na rede bancária até o dia 24 de outubro de 2005.

3.1.4 O valor da taxa de inscrição será de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).

3.1.5 Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a participação no Concurso Público, bem como, caso aprovado e classificado, dos exigidos para a admissão, pois a taxa, uma vez paga, só será restituída em caso de anulação plena do Concurso Público.

3.1.6 A inscrição somente será considerada confirmada após a identificação eletrônica do pagamento da taxa.

3.1.7 Será considerada nula a inscrição se o cheque utilizado para o pagamento da taxa for devolvido pelo banco por qualquer motivo ou por agendamento não efetivado.

3.1.8 Não será aceita inscrição condicional ou extemporânea, nem tampouco por correspondência.

3.1.9 A partir de 28 de outubro de 2005 o candidato deverá consultar, via Internet, pelo site www.nc.ufpr.br, a situação de sua inscrição; em caso de não confirmação da sua inscrição, o candidato deverá entrar em contato com o Núcleo de Concursos pelo telefone (41) 3266-0909.

3.1.10 O preenchimento da ficha de inscrição é de exclusiva responsabilidade do candidato. A PMPR e o Núcleo de Concursos da UFPR não se responsabilizarão por informações e endereços incorretos ou incompletos fornecidos pelo candidato.

3.1.11 O candidato que fizer declarações falsas ou inexatas na ficha de inscrição terá a mesma cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

3.1.12 Não será devolvida em hipótese alguma o valor referente à taxa de inscrição a candidato que assim o requerer.

3.1.13 A partir de 25 de novembro de 2005, o candidato deverá acessar o site www.nc.ufpr.br e imprimir o seu comprovante de ensalamento, no qual estará indicado o local, horário e endereço da realização da prova.

3.2 Das Condições de Ingresso na PMPR

3.2.1 Os candidatos aprovados em todas as fases do Concurso Público regulado por este Edital, dentro do limite de vagas estabelecidas, somente ingressarão na Polícia Militar do Paraná se atendidos os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro.
- b) Ter concluído o Ensino Médio (ou equivalente).
- c) Não se encontrar denunciado em processo criminal pela prática de crime de natureza dolosa e nem possuir antecedentes criminais ou policiais incompatíveis com a carreira militar.
- d) Ter, no mínimo, 1,65m de altura, se do sexo masculino e 1,60m de altura, se do sexo feminino.
- e) Estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar.
- f) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- g) Ter no mínimo 18 (dezoito) e no máximo 30 (trinta) anos de idade no ato da inscrição, tendo como data definida o último dia de inscrição.
- h) Não ter sido excluído ou licenciado a bem da disciplina da PMPR, das Forças Armadas ou de outras Forças Auxiliares.
- i) Como servidor público, não ter sido demitido a bem do serviço público ou por ato de improbidade administrativa.

4 DA COMISSÃO DE CONCURSO

4.1 A Comissão de Concurso, designada pelo Comandante Geral, será constituída por um Oficial Superior ou Intermediário como Presidente e dois Oficiais Intermediários ou Subalternos como Membros, sendo os trabalhos divididos em quatro Subcomissões:

I - Subcomissão de Sanidade Física e Mental

Será composta por Médicos, Dentistas, Psicólogos credenciados pelo Conselho Regional de Psicologia e Médico Psiquiatra. Será Presidida por 01 (um) Oficial Médico do Quadro de Saúde da Polícia Militar do Paraná.

II - Subcomissão de Exame de Capacidade Física

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários, Subalternos e Graduados.

III - Subcomissão de Pesquisa Social

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários e Subalternos.

IV - Subcomissão de Verificação de Afrodescendência

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários, Subalternos, Graduados da PMPR e poderão compor esta subcomissão, membros reconhecidos de instituições não governamentais ligadas a movimentos de inclusão racial.

4.1.1 Os integrantes das referidas Subcomissões comporão as respectivas Bancas Examinadoras (teórica e prática) e deverão apresentar à Comissão do Concurso os resultados obtidos pelos candidatos, por meio de termo lavrado e assinado por toda a Subcomissão.

4.1.2 A Comissão do Concurso contará com uma Secretaria composta por militares de livre escolha do Presidente da Comissão especialmente designados para a realização dos trabalhos.

4.1.3 Aos membros da Comissão e Subcomissões poderão ser delegadas outras atribuições a fim de viabilizar e racionalizar o desenvolvimento das atividades atinentes ao Concurso.

5 DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1 O Concurso Público regido por este Edital será desenvolvido em quatro fases, todas de caráter eliminatório, com exceção da primeira fase que visa também classificar os candidatos.

1.ª fase - Prova escrita de conhecimentos, que compreenderá prova objetiva.

2.ª fase - Exame de saúde, que compreenderá avaliação médica, odontológica e psicopatológica.

3.ª fase - Exame de capacidade física, que compreenderá teste de suficiência física.

4.ª fase - Exame social e documental.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

6.1 A prova escrita de conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, constará de prova objetiva que abrangerá conteúdos em nível do ensino médio.

6.1.1 A prova objetiva constará de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, havendo apenas uma correta dentre 5 (cinco) alternativas. As questões serão assim distribuídas: Português - 15 (quinze) questões; Matemática - 5 (cinco) questões; Física - 5 (cinco) questões; Química - 5 (cinco) questões; Biologia - 5 (cinco) questões; História - 5 (cinco) questões; Geografia - 5 (cinco) questões; Estatuto da Criança e do Adolescente - 5 (cinco) questões. Os conteúdos programáticos acham-se descritos no Anexo "A" deste Edital.

6.1.2 Cada uma das questões objetivas valerá 1 (um) ponto.

6.1.3 A prova será realizada no dia 04 de dezembro de 2005 na cidade de Curitiba, nos locais indicados no comprovante de ensalamento (conforme subitem 3.1.13. deste Edital), no horário das 14 horas às 18 horas, num total de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

6.1.4 Os candidatos que a critério médico devidamente comprovado estiverem impossibilitados de realizar a prova em sala, farão essa prova em local especialmente designado pelo Núcleo de Concursos.

6.1.5 Em hipótese alguma serão realizadas provas fora do local, cidade e horário determinados.

6.1.6 As portas de acesso aos locais de prova serão fechadas às 13 horas e 30 minutos para a entrada de candidatos. O horário a ser seguido é o do Serviço Hora Certa Brasil Telecom - fone 130.

6.1.6.1 Em função de fatores externos, e a critério do NC, poderá ocorrer prorrogação no fechamento das portas de acesso de um ou mais locais onde serão realizadas as provas.

6.1.7 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

6.1.8 Para a realização da prova o candidato deverá portar somente o documento de identificação, o comprovante de inscrição, caneta esferográfica com tinta preta, lapiseira ou lápis e borracha.

6.1.9 Poderá realizar a prova o candidato que exhibir o documento oficial de identidade original e o comprovante de inscrição ao adentrar no local de provas e assinar a lista de presença, sob pena de ser considerado ausente.

6.1.10 Todos os candidatos terão sua impressão digital coletada como forma de identificação.

6.1.11 Caso o original dos documentos citados tenha sido roubado ou furtado, o candidato deverá comprovar essa condição por meio de BO (Boletim de Ocorrência) e será admitido para realizar a prova após preencher uma ficha de identificação suplementar, com três assinaturas e coleta de impressões digitais, devendo, também, em no máximo 3 (três) dias após a prova, apresentar na Secretaria do Núcleo de Concursos protocolo de solicitação de novo documento.

6.1.12 Serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais do Ministério Público e da Magistratura; Carteiras expedidas por órgão público que por lei federal valem como identidade; Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo, com foto).

6.1.13 Não serão aplicadas, em hipótese alguma, provas fora do espaço físico ou dos horários predeterminados neste Edital ou comunicados no endereço eletrônico www.nc.ufpr.br.

6.1.14 Não haverá segunda chamada para as provas, importando a ausência do candidato na sua eliminação sumária do Concurso Público.

6.1.15 Será de inteira responsabilidade do candidato cumprir as instruções contidas no caderno de provas.

6.1.16 O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas neste Edital e no próprio caderno de provas; em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

6.1.17 Não serão permitidas consultas bibliográficas nem a utilização de outros equipamentos e/ou materiais.

6.1.18 No dia da realização da prova não será permitido ao candidato permanecer no local da prova portando armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador etc.). O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato.

6.1.19 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que:

- a) utilizar ou tentar usar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros no Concurso Público;
- b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de qualquer prova;
- c) faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e com os demais candidatos;
- d) recusar-se a entregar o cartão-resposta ao término do tempo destinado para a realização da prova;
- e) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de membro da equipe de aplicação das provas;
- f) descumprir as instruções contidas neste Edital, no caderno de provas e no cartão-resposta;
- g) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

6.1.20 Se a qualquer tempo for constatado ter o candidato utilizado processo ilícito por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou apresentada declaração falsa ou inexata quanto a aspecto relevante à sua participação no Concurso Público, o candidato terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado.

6.1.21 O candidato só poderá entregar o seu cartão-resposta e retirar-se da sala decorridas, no mínimo, 1h 30min do seu início.

6.1.22 Ao terminar a prova o candidato deverá obrigatoriamente entregar ao aplicador de prova o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova.

6.1.23 Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as provas e retirar-se do local simultaneamente.

6.1.24 Serão eliminados os candidatos que não obtiverem 50% de acertos, ou seja, o mínimo de 25 (vinte e cinco) pontos na prova escrita de conhecimentos.

6.1.25 Serão classificados e convocados à fase subsequente do Concurso somente os 3.000 (três mil) candidatos(as) melhor classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos na prova escrita de conhecimentos, incluídos os candidatos(as) que se declararam afrodescendentes em face das vagas preferenciais.

7 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 Em caso de igualdade de notas na classificação, o desempate se dará da seguinte forma:

- a) maior nota nas questões de português da prova objetiva;
- b) maior nota nas questões de matemática da prova objetiva;
- c) maior idade.

8 DOS RECURSOS À PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

8.1 No dia 05 de dezembro de 2005, a partir das 17 horas, será divulgado gabarito oficial provisório da prova objetiva nos endereços eletrônicos www.nc.ufpr.br e www.pr.gov.br/pmpr.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso às questões objetivas disporá de até 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação do gabarito.

8.3 O recurso deverá ser formalizado e devidamente fundamentado mediante modelo de requerimento em formulário específico que estará disponível no endereço eletrônico www.pr.gov.br/pmpr.

8.4 O candidato deverá entregar e protocolar o recurso até as 17 horas do dia 07 de dezembro de 2005, no Protocolo Geral da Polícia Militar do Paraná, localizado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1401, bairro Rebouças, em Curitiba - PR, aos cuidados do Chefe do Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR.

8.5 Não serão aceitos recursos via postal, via fax ou via correio eletrônico.

8.6 Os recursos interpostos serão respondidos exclusivamente pelo Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR e a devolutiva será disponibilizada somente aos candidatos recorrentes, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis após a interposição.

8.7 Se do exame dos recursos resultar a anulação de questão(ões), esta(s) será(ão) considerada(s) como correta(s) para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.8 Se houver alteração do gabarito, por força de recurso, este será publicado e os resultados reprocessados.

9 DA SEGUNDA FASE: EXAME DE SAÚDE

9.1 O exame de saúde, de caráter eliminatório, compreenderá avaliação médica e odontológica e avaliação psicopatológica. Esses exames têm por finalidade detectar condições mórbidas que venham a constituir-se em restrições ao pleno desempenho das atividades inerentes à carreira militar estadual ou que no exercício das atividades de policial militar possam expor o candidato ao agravamento dessas condições mórbidas ou eventualmente a risco de vida pessoal ou a integridade física de terceiros, selecionando o candidato apto ao exercício pleno das funções da carreira de militar e atividades inerentes a ela. Está compreendida, nessa fase do Concurso, a verificação de condições físicas que não voltadas à morbidez sejam consideradas impeditivas à realização do Exame de Capacidade Física, face o intenso esforço físico a que serão submetidos os candidatos.

9.1.1 As avaliações constantes do Exame de Saúde serão realizadas nos locais, datas e horários constantes de Edital específico a ser divulgado para a convocação dos candidatos.

9.1.2 As avaliações serão procedidas por Juntas de Inspeção de Saúde, constituídas por Médicos e Dentistas, e por Psicólogos e Psiquiatras designados para essa finalidade.

9.1.3 Por ocasião da realização da avaliação médica, o candidato deverá obrigatoriamente apresentar os resultados dos exames laboratoriais citados no subitem 9.1.4, cuja data da realização deverá ser inferior a 90 (noventa) dias da apresentação, sob pena de não ser submetido ao exame médico e ser desclassificado do Concurso.

9.1.4 Todos os exames laboratoriais a seguir mencionados serão custeados pelos candidatos:

- Hemograma completo;
- Glicemia de jejum;
- Creatinina sérica;
- Sorologia para lues (VDRL quantitativo);
- Sorologia para HIV (HIV I e HIV II);
- Machado Guerreiro;
- Gama GT;
- Parcial de urina;
- Radiografia de tórax PA com laudo;
- Eletrocardiograma de repouso com laudo;
- Eletroencefalograma com laudo e exame;
- Laudo de acuidade visual com e sem correção;
- Toxicológico clínico, o qual deverá ser realizado em laboratório oficialmente reconhecido e a critério do candidato(a), por meio de coleta de material orgânico (urina), em recipiente de prova e contra-prova, cujo resultado deverá apresentar negatividade para: Anfetaminas [anfetamina, metanfetamina, efedrina, ecstasy (MDMA, MDEA, MDA, metadona)]; Opiáceos (morfina, codeína, dihidrocodeína); Barbiturados (fenobarbital, amobarbital, pentobarbital, butabarbital, secobarbital); Canabinóides (maconha); Benzodiazepínicos (flurazepan, oxazepan etc.) e Cocaína (metabólitos);
- Teste diagnóstico de gravidez. Sendo a gravidez constatada no exame clínico ou por meios laboratoriais, constituir-se-á em impeditivo à realização da fase subsequente do Concurso, Exame de Capacidade Física, no qual se exigirá um intenso esforço físico de todos os candidatos e, por conseguinte, expondo a risco de morte as candidatas que porventura estejam grávidas e ao embrião/feto, além do que, deve ser preservado o tratamento isonômico e igualitário a todos os concorrentes. Também deve ser observado que encerradas as fases do Concurso, os candidatos classificados dentro das vagas ofertadas serão incluídos na PMPR (como Soldado de 2.ª Classe) para a realização do Curso de Formação, no qual serão exigidos, em grande parte da respectiva carga horária, intensos esforços físicos nas disciplinas de educação física militar, ordem unida, tiro policial, defesa pessoal e estágios de policiamento nas diversas modalidades, o que também não coaduna com a condição de gravidez, face os riscos de morte para a candidata e para o embrião/feto.

9.1.5 Por ocasião da apresentação dos resultados dos exames laboratoriais, quando do exame clínico, e a critério da Junta de Inspeção, os candidatos deverão realizar os seguintes exames complementares, no prazo de 07 (sete) dias úteis, também custeados pelos candidatos, para que seja realizada nova inspeção de saúde:

- Eletrocardiograma de esforço e/ou ecocardiograma, para candidatos cujos laudos de eletrocardiograma de repouso suscitarem dúvidas quanto à aptidão física para ingresso na Polícia Militar;
- Radiografia simples de coluna PA e Perfil, para candidatos portadores de desvios da coluna;
- Eletroencefalograma - será considerado(a) apto(a) candidato(a) que apresentar resultado nos grupos I e II, sendo considerado(a) inapto(a) os(as) candidatos(as) que apresentarem resultados nos grupos III e IV;
- Radiografia simples da coluna e escanometria de membros inferiores, para candidatos portadores de báscula de bacia; e
- Ressonância magnética de joelhos, para candidatos que tenham se submetido à cirurgia de joelho.

9.1.6 As Juntas de Inspeção de Saúde, a seu critério, poderão solicitar outros exames, se necessário, com a finalidade de esclarecerem dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.

9.1.7 Serão julgados incapazes pelas Juntas de Inspeção de Saúde para ingresso na Polícia Militar os candidatos que:

- a) não preencherem os índices mínimos constantes deste Edital e/ou incidirem nas condições incapacitantes, impeditivas ou excederem a proporcionalidade de peso e altura prevista neste Edital;
- b) apresentarem alterações nos exames complementares, consideradas incompatíveis com a atividade de policial militar;
- c) deixarem de apresentar algum exame relacionado no presente Edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
- d) incidirem em condição clínica que, embora não conste do presente Edital, seja considerada incapacitante para a atividade policial militar pela Junta de Inspeção de Saúde.

9.1.8 Serão considerados índices mínimos exigidos:

- a) altura mínima de 1,65m para candidatos do sexo masculino e 1,60m para candidatas do sexo feminino e estar dentro dos limites da tabela de proporção peso/altura;
- b) acuidade visual - índice mínimo de 20/25 (SNELLEN), em cada olho, medido a 6 (seis) metros, sem correção. Não serão permitidas cirurgias de correção de miopia dentro de um período de 6 meses entre o procedimento cirúrgico e a inspeção de saúde;

- c) censo cromático - é admissível a discromatopsia de graus leve e médio, e incapacitante a de grau acentuado, definidas de acordo com as instruções que acompanham cada modelo de teste empregado.

9.1.9 Na avaliação odontológica serão consideradas como condições mínimas:

- ausência de raízes inaproveitáveis proteticamente;
- ausência de dentes que possuam cimentos obturados provisórios;
- ausência de anomalias de desenvolvimento de lábios, língua, palato que prejudiquem a funcionalidade do aparelho estomatognático;
- ausência de dentes cariados ou com lesões periapicais;
- presença de todos os dentes anteriores (incisivos e caninos), tolerando-se dentes artificiais, desde que satisfaçam estética e função, inclusive prótese total;
- ausência de lesões periodontais graves;
- a presença de raízes híginas que foram aproveitadas proteticamente serão consideradas como dentes naturais para todos os efeitos, desde que possuam a referida peça protética;
- as próteses utilizadas para substituírem os dentes naturais deverão apresentar adaptabilidades adequadas;
- ausência de distúrbios da fala.

9.1.10 Limites mínimos de motilidade:

a) Limites mínimos de motilidade da extremidade superior:

- Ombro - elevação para diante a 90°, abdução a 90°.
- Cotovelo - flexão a 100°, extensão a 150°.
- Punho - alcance total a 15°.
- Mão - supinação/pronação a 90°.
- Dedos - formação de pinça digital.

b) Limites mínimos de motilidade da extremidade inferior:

- Coxo-femural - flexão a 90°, extensão a 10°.
- Joelho - extensão total, flexão a 90°.
- Tornozelo - dorsiflexão a 10°, flexão plantar a 10°.

9.1.11 Índices cardiovasculares:

- Pressão arterial medida em repouso e em decúbito dorsal ou sentado:
 - Sistólica - igual ou menos de que 140mmHg.
 - Diastólica - igual ou menos de que 90mmHg.
- Pulso arterial medido em repouso - igual ou menor que 100bat/min.

9.1.12 Índice audiométrico:

- Serão considerados aptos os candidatos que apresentarem perdas auditivas em qualquer ouvido até 20 decibéis, nas frequências de 500HZ e 1000HZ;

30 decibéis, na frequência de 2000HZ e 35 decibéis, nas frequências de 3000 a 8000HZ, por vias aérea e óssea.

9.1.13 Condições incapacitantes: além das condições previstas nas “Instruções Reguladoras do Emprego da Relação das Doenças que motivaram a exclusão do serviço ativo do Exército” (Portaria n.º 024-DGS, de 12/07/1988 – IR 70-12), constituem condições incapacitantes à inclusão na Polícia Militar:

a) **Cabeça e pescoço.** Deformações, perdas externas de substância; cicatrizes extensas, deformantes, aderentes ou antiestéticas; contrações musculares anormais, cisto branquial, higroma cístico de pescoço e fístulas.

b) **Ouvido e audição.** Deformidades ou agenesia do pavilhão auricular; anormalidades do conduto auditivo e tímpano. Infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias e tumores. No teste audiométrico serão observados os índices de acuidade auditiva constantes dos Índices Mínimos exigidos.

c) **Olhos e visão.** Infecções e processos inflamatórios, excetuando conjuntivites agudas e hordéolo; ulcerações, tumores, excetuando cisto benigno palpebral; opacificações corneanas, degenerações, seqüelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais superiores a 10 graus; anormalidades funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas, doenças neurológicas ou musculares oculares. Qualquer cirurgia refrativa é incapacitante, como também a discromatopsia de grau acentuado.

d) **Boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago.** Anormalidades estruturais congênitas ou não; desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresias e retrações; seqüelas de agentes nocivos; fístulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição; doenças alérgicas do trato respiratório.

e) **Dentes.** Estado sanitário geral deficiente, infecções, má oclusão e tumores; restaurações, dentaduras e pontes insatisfatórias; deficiências funcionais. Para estabelecer as condições normais de estética e mastigação, tolera-se a prótese dental, desde que o inspecionado apresente dentes naturais, conforme “Índices Mínimos”.

f) **Pele e tecido celular subcutâneo.** Infecções crônicas ou recidivantes; micoses extensas, infectadas ou crônicas; parasitoses cutâneas extensas; eczemas alérgicas crônicas ou infectadas; expressões cutâneas das doenças auto-imunes; manifestações das doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que comprometam a estética; nevus vasculares e externos ou antiestéticos. Tatuagens, se expressando motivos obscenos, ofensivos ou de morte, que possam ser consideradas como manifestações de desequilíbrios psíquicos, não sendo toleradas em hipótese alguma na cabeça, pescoço e abaixo do terço distal do braço, antebraço e mão. Presença de *piercing* para candidatos do sexo masculino em qualquer área do corpo e para candidatas do sexo feminino em regiões do supercílio, nariz, lábios, língua, mamas e órgãos genitais.

g) **Pulmões e paredes torácicas.** Deformidades relevantes congênitas ou adquiridas de caixa torácica; função respiratória prejudicada; doenças e defeitos, congênitos ou adquiridos; infecções bacterianas ou micóticas; doenças imuno-alérgicas do trato respiratório inferior (considerando-se a história); fístula e fibrose

pulmonar difusa; tumores malignos e benignos dos pulmões e despleura, anormalidades radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional.

h) Sistema cardiovascular. Anormalidades congênicas ou adquiridas; infecções e inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; anormalidade do feixe de condução e outras, detectadas no eletrocardiograma; doenças oro-valvulares; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial e taquiesfigmia; alterações significativas da silhueta cardíaca no exame radiológico; doenças venosas, arteriais e linfáticas.

i) Abdome e trato digestivo. Anormalidades da parede (ex: hérnias, fistulas), à inspeção ou palpação; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitoses graves (ex: doença de Chagas, calazar, malária, amebíase extra-intestinal); micoses profundas, história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; lesões do trato gastrointestinal; distúrbios funcionais, desde que significativos; tumores benignos e malignos.

j) Aparelho gênito-urinário. Anormalidades congênicas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis no exame de urina; criptorquidia; o testículo único não é incapacitante, desde que não resulte de criptorquidia do outro testículo; varicocele, volumosa e/ou dolorosa. A hipospádia não é incapacitante.

k) Aparelho osteo-mio-articular. Doenças e anormalidades dos ossos e articulações, congênicas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásicas e traumáticas; desvios ou curvaturas anormais significativos da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração na estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e seqüelas de cirurgia. No caso de pé plano e curvatura discreta da coluna vertebral, será buscado o parecer especializado para avaliação de sintomas, distúrbios funcionais orgânicos e vício postural.

l) Doenças metabólicas e endócrinas. “Diabetes mellitus”; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção tiroideana sintomática; tumores da tireóide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumores de supra-renal e suas disfunções congênicas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica.

m) Sangue e órgãos hematopoiéticos. Alterações do sangue e órgãos hematopoiéticos significativas. A história é importante nas doenças hemorrágicas. Alterações hematológicas consideradas significativas deverão ser submetidas a parecer especializado.

n) Doenças neuropsiquiátricas. Distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênicas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofia e fraquezas musculares. Será avaliada cuidadosamente a história para detectar síndromes convulsivas, distúrbios de consciência, distúrbios comportamentais e de personalidade, transtornos mentais associados ao alcoolismo, abuso de substâncias psicoativas, psicoses, estados paranóides e transtornos de personalidade.

o) Tumores e neoplasias. Qualquer tumor maligno; tumores benignos, dependendo da localização, repercussão funcional, potencial evolutivo ou

comprometimento estético importante. Se o perito julgar insignificante pequenos tumores benignos (ex: cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

p) Doenças sexualmente transmissíveis. Qualquer DST é incapacitante. Serão toleradas cicatrizes sorológicas para lues.

q) Condições ginecológicas. Neoplasias; coforite; cistos ovarianos não funcionais; salpingite, lesões uterinas e outras anormalidades adquiridas, exceto insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida; anormalidades congênitas; mastites específicas, tumorações da mama.

9.1.14 Proporcionalidade de peso e altura. A avaliação da proporcionalidade de peso e altura será realizada pelo IMC (Índice de Massa Corpórea), cujo cálculo será apurado utilizando-se a fórmula do IMC (abaixo), considerando-se aptos aqueles que estiverem dentro dos seguintes limites:

1) Sexo masculino: IMC entre 18 e 30.

2) Sexo feminino: IMC entre 18 e 28.

Será incapacitado todo candidato que tiver realizado cirurgia de obesidade a menos de 2 anos da data da inspeção de saúde.

Fórmula para cálculo do IMC:

$$\text{IMC} = \frac{\text{PESO CORPORAL (em kg)}}{(\text{ALTURA})^2 \text{ (em metros)}}$$

9.2 Do Exame Psicopatológico

9.2.1 Objetivo. O Exame Psicopatológico, de caráter eliminatório, tem como objetivo indicar os candidatos que possuam características intelectivas, motivacionais e de personalidade compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade das atribuições da função policial militar, além do porte de arma de fogo, e contra-indicar aqueles que apresentem características psicológicas incompatíveis com tais atribuições, de acordo com os parâmetros do perfil psicológico estabelecido para o cargo (vide Tabela do Perfil Profissiográfico).

9.2.2 Método

- Mensuração. Serão realizadas avaliações das características predominantes de personalidade, de habilidades específicas e de evidências de patologias, por meio da aplicação de instrumentos psicométricos validados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que resultem na obtenção de dados objetivos e fidedignos.

- Procedimento. O Exame Psicopatológico será realizado por meio de provas coletivas, ou seja, aplicação simultânea a todos os candidatos, em igualdade de condições e em dias e horários divulgados previamente, de testes psicométricos objetivos e projetivos.

- Para a realização dos testes, os candidatos deverão portar lápis preto n.º 2, borracha e caneta preta ou azul.

- Para a submissão ao Exame Psicopatológico, recomenda-se ao candidato os seguintes cuidados: dormir pelo menos 08 (oito) horas na noite que antecede o

Exame, alimentar-se de forma habitual no dia do Exame, fazer abstinência de álcool ou outra substância psicoativa nas 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o Exame. O não cumprimento destas orientações será de total responsabilidade do candidato.

9.2.3 Avaliação dos resultados. Serão contra-indicados os candidatos que apresentarem características incompatíveis com o perfil psicológico estabelecido pela PMPR para o exercício do cargo e/ou a presença de qualquer um dos tipos de transtornos mentais e comportamentais, conforme classificação do Código Internacional de Doenças (CID-10), detectada por meio dos testes utilizados, ou através de entrevista complementar.

9.2.4 Tabela do Perfil Profissiográfico

Característica	Parâmetro	Descrição
Controle emocional	Elevado	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.
Ansiedade	Diminuída	Preocupação antecipada com aceleração das funções orgânicas que podem afetar sua capacidade de reação diante de situações de estresse.
Impulsividade	Diminuída	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.
Domínio psicomotor	Adequado	Habilidade cinestésica para movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais.
Raciocínio espacial	Adequado	Capacidade de visualização, isto é, de formar representações mentais visuais e manipulá-las transformando-as em novas representações.
Atenção Concentrada	Elevada	Capacidade de abstrair-se de tudo e fixar a atenção em um objeto.
Autoconfiança	Adequada	Atitude de autodomínio, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida, acreditando em si mesmo.
Resistência à frustração	Elevada	Habilidade de manter suas atividades em bom nível quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma dada situação profissional ou pessoal.
Inteligência	Adequada	Grau de inteligência global dentro da faixa média, aliado à capacidade de incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos.
Memória	Elevada	Capacidade para memorizar sons e imagens, principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para a lembrança imediata.
Agressividade	Levemente elevada	Energia que dispõe o indivíduo a enfrentar situações adversas, direcionando-a de forma que

		seja benéfica para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa.
Adaptabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo adaptar seu comportamento às mais diversas situações.
Flexibilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias.
Maturidade	Adequada	Desenvolvimento físico e psicológico de acordo com a idade cronológica.
Responsabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo tomar decisões, assumindo suas conseqüências.
Dinamismo	Elevado	Capacidade de desenvolver atividades intensas.
Iniciativa	Elevada	Capacidade em empreender e propor novas atitudes e/ou idéias.
Fluência verbal	Elevada	Capacidade em comunicar-se de forma compreensível e agradável.
Sociabilidade	Elevada	Capacidade em conviver em grupos de forma a proporcionar a possibilidade de trocas afetivas.
Capacidade de liderança	Elevada	Capacidade de gerenciar grupos em todos os seus aspectos.
Fobias	Ausentes	Medo irracional ou patológico de situações específicas como animais, altura, água, sangue, fogo etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitação ou crises de pânico.
Honestidade	Elevada	Respeito aos limites alheios com probidade e decoro.

9.2.5 Resultados. O resultado do Exame Psicopatológico será divulgado em conjunto com os demais exames que compõem o Exame de Saúde. O motivo específico da desclassificação poderá ser informado por escrito, unicamente ao candidato (a), por um Psicólogo(a) componente da Comissão de Avaliação, desde que o candidato requeira no prazo de 02 (dois) dias úteis ao Presidente do Concurso. O candidato poderá fazer-se acompanhar de um psicólogo(a) de sua livre escolha, devidamente registrado no CRP, a fim de verificar os procedimentos técnicos adotados na avaliação, na data determinada para vistas dos resultados do Exame Psicopatológico (entrevista de devolução).

9.2.6 Recursos. Após a entrevista de devolução o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recurso administrativo perante o Presidente da Comissão de Concursos, podendo ser assessorado ou representado por psicólogo que não tenha feito parte da comissão avaliadora, que fundamentará o pedido de revisão do processo de avaliação do recorrente. O psicólogo contratado pelo requerente poderá proceder à revisão do processo de avaliação do recorrente na presença de um psicólogo da Comissão Examinadora.

9.2.7 Não serão, em hipótese alguma, realizados novos testes aos candidatos contra-indicados.

10 DA TERCEIRA FASE: EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA

10.1 O Exame de Capacidade Física será realizado por meio da aplicação do teste de suficiência física e terá caráter eliminatório, e compreenderá as seguintes provas:

Teste de Suficiência Física:

- Shuttle run;
- Tração na barra fixa (masculino) e isometria (feminino);
- Corrida de 2.400 metros.

10.2 Os objetivos, procedimentos para realização e índices/tabelas estão previstos no Anexo “B” deste Edital que trata das normas para aplicação e execução do Exame de Capacidade Física.

11 DA QUARTA FASE: EXAME SOCIAL E DOCUMENTAL

11.1 De caráter eliminatório, visa a comprovação da idoneidade moral e conduta do candidato.

11.2 O Exame Social e Documental constará de pesquisa social, compreendendo preenchimento de questionário, diligências (ambiência doméstica e social), entrevistas e pedidos de informação, que se estenderá inclusive ao período de formação.

11.3 O questionário, cujo preenchimento deverá ser efetuado após a divulgação do resultado da prova escrita de conhecimentos, visa coletar dados gerais sobre os candidatos por meio de formulário específico.

11.4 As diligências destinam-se a verificar *in loco* se o comportamento, de um modo geral, bem como se a conduta social do candidato não contrariam:

- a) os requisitos estabelecidos neste Edital para ingresso na PMPR;
- b) as obrigações e deveres inerentes ao futuro militar, de acordo com o previsto no Código da Polícia Militar do Paraná.

11.5 As diligências de Ambiência Social compreendem:

- a) Não ter envolvimento com pessoas comprometidas com ilícitos.
- b) Se, nos locais que trabalha ou trabalhou, as atividades são ou eram idôneas e lícitas. Em caso positivo, se o comportamento é ou era compatível com a condição de futuro militar (assíduo, pontual, honesto e relaciona-se ou relacionava-se bem com os colegas).
- c) Se os locais onde freqüentou ou costuma freqüentar são compatíveis com a condição de futuro militar, tendo em vista as pessoas que o freqüentam e as atividades que ali são realizadas.

11.6 As diligências de ambiência doméstica compreendem:

- a) Verificar se o candidato é possuidor de condições mínimas de higiene pessoal.
- b) Se não reside sob o mesmo teto com pessoas envolvidas em ilícitos.

11.7 A Entrevista tem a finalidade de comparar os dados fornecidos pelos candidatos e por terceiros com o apurado nas diligências realizadas, esclarecer

dúvidas, levantar outras informações julgadas necessárias e dar condições de emitir parecer conclusivo sobre a aprovação ou reprovação do candidato.

11.8 Os Pedidos de Informações visam coletar dados relativos aos antecedentes do candidato nos órgãos abaixo:

- a) Instituto de Identificação do Paraná;
- b) Escolas Públicas/Particulares;
- c) Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
- d) Firmas Públicas/Particulares;
- e) Organizações Militares;
- f) Segunda Seção do Estado-Maior da PMPR;
- g) Delegacia Regional da Polícia Federal - Seção Paraná;
- h) Outros órgãos julgados necessários.

11.9 Será desclassificado do Concurso Público previsto neste Edital, o candidato que tenha sido considerado inapto ou contra-indicado em concursos anteriores da PMPR no Exame Social e Documental, salvo se houver cessado o motivo daquela reprovação, bem como aqueles que durante a realização de qualquer fase do certame faltarem com o respeito, a disciplina e a ética social com qualquer dos examinadores, concorrentes ou pessoas que porventura estejam nos locais de exame.

12 DA CLASSIFICAÇÃO

12.1 A classificação geral do Concurso para fins de inclusão na PMPR dentro das vagas ofertadas, será pela nota da prova escrita de conhecimentos, desde que o candidato(a) seja considerado(a) apto(a) nas demais fases previstas no presente Edital e será publicada no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico da PMPR www.pr.gov.br/pmpr.

13 DO INGRESSO

13.1 Somente ingressará na Polícia Militar do Paraná o candidato que:

13.1.1 Satisfizer todas as condições previstas no subitem 3.2. deste Edital.

13.1.2 For aprovado e classificado dentro do número de vagas existentes, conforme critérios estabelecidos no presente Edital.

13.1.3 Apresentar os seguintes documentos no ato da inclusão, dentro do prazo previsto, sob pena de desclassificação:

- a) 01 (uma) foto 3x4 colorida recente de frente;
- b) Cédula de identidade do Paraná ou protocolo de seu requerimento junto ao Instituto de Identificação do Paraná e duas cópias;
- c) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e uma cópia;
- d) CPF e uma cópia;

- e) Comprovante de endereço com CEP e uma cópia;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação e uma cópia;
- g) Certificado de conclusão e histórico escolar do ensino médio ou equivalente, fornecido por instituição de ensino oficial ou regularmente reconhecida ou autorizada pelo órgão governamental competente;
- h) Certidão do Tribunal Regional Eleitoral, atestando que está em dia com as suas obrigações eleitorais bem como não ter incorrido em crime eleitoral;
- i) Certidão de casamento e uma cópia;
- j) Certidão de nascimento dos filhos e uma cópia;
- l) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
- m) Declaração de desvinculação, para o candidato que exerce cargo, emprego ou função públicos federal, estadual ou municipal, conforme prevêm os incisos XVI e XVII, do art. 37 da Constituição Federal;
- n) Certidão que comprove não existir impedimentos para a inclusão previstos nas alíneas “c”, “e”, “f”, “h” e “i” do subitem 3.2.1. deste Edital.

13.1.4 Os militares (ou ex-militares) das Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares deverão apresentar ainda certidão do Arquivo-Geral e do Serviço de Justiça e Disciplina da respectiva Unidade Militar em que servem ou serviram, exceto na condição de prestação do serviço militar obrigatório.

13.1.5 A apresentação dos documentos exigidos é de inteira responsabilidade dos candidatos que poderão deixar de ser incluídos se não apresentá-los na data estipulada em Edital específico ou se apresentá-los rasurados, ilegíveis ou irregulares.

13.1.6 A declaração falsa ou inexata, bem como a apresentação de documentos ou informações falsos ou inexatos, determinarão a invalidação da inclusão e de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

13.1.7 O não comparecimento dos candidatos para efetivação da inclusão ou a não apresentação dos documentos exigidos dentro dos prazos estabelecidos em Edital específico, será entendido em desistência e implicará na sua eliminação do Concurso, sendo convocados candidatos suplentes na ordem rigorosa de classificação.

13.1.8 Não será admitida inclusão por procurador, salvo por motivo de doença plenamente justificado, desde que não impeça o candidato de iniciar o curso de formação no prazo estipulado.

13.1.9 A inclusão na PMPR, ato formal do Comando Geral, será realizada pela Diretoria de Pessoal, através do Centro de Recrutamento e Seleção e após serão apresentados à Diretoria de Ensino, a qual fará a distribuição conforme o previsto no item 2 do presente Edital.

14 DOS RECURSOS

14.1 Será admitido recurso, relativo a formulação de questões objetivas, formulação de questões subjetivas, correção de provas subjetivas e teórico-práticas, e erro material

14.2 O recurso será admitido uma única vez, não cabendo pedido de reconsideração ou recurso à instância superior.

14.3. Os recursos a que se referem o item 14.1 serão julgados pela banca examinadora exceto o de erro material, que será julgado pela entidade executora do concurso

14.4 O recurso apresentado terá efeito devolutivo até seu julgamento.

14.5 Serão liminarmente indeferidos os recursos que não estiverem devidamente justificados ou se baseiem em razões de caráter subjetivo, os que derem entrada fora de prazo ou os recursos enviados via postal, via fax ou via correio eletrônico.

14.6 O recurso deverá ser interposto, sob pena de preclusão deste direito, no prazo de dois dias úteis, a contar do dia imediato à data de divulgação dos resultados de cada fase, em edital específicos.

14.7 O candidato que impetrar recurso somente será encaminhado para a realização dos exames seguintes caso tenha sido deferido o seu requerimento.

14.8 Compete à Comissão do Concurso decidir, motivadamente, sobre os recursos no prazo mínimo de 06 (seis) dias úteis.

14.9 Os recursos a que se refere o presente Edital, deverão, observados os prazos, ser dirigidos ao Presidente do Concurso Público e protocolados no Sistema Integrado do Protocolo Geral no Quartel do Comando Geral em Curitiba à rua Marechal Floriano Peixoto nº 1.401, bairro Rebouças, no horário de expediente.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

a) Usar ou tentar usar de meios fraudulentos, bem como portar material que possa ser utilizado para fraudar a realização de qualquer prova, teste ou exame.

b) Faltar ou chegar atrasado para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

c) Não portar documento comprobatório da inscrição e de identidade com fotografia para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

d) O candidato que verificar, a qualquer tempo das provas, testes ou exames que, dentre os aplicadores de sua sala ou do seu grupo exista qualquer parente seu, afim ou consanguíneo até 3.º grau, ou cônjuge, deverá comunicar o fato ao coordenador do setor, sob pena de anulação de sua prova, teste ou exame.

15.2 O candidato aprovado deverá manter, durante a realização e validade do Concurso Público, seu endereço e telefone atualizado, visando a eventual convocação, não lhe cabendo qualquer recurso, caso não tenha sido possível convocá-lo em decorrência de endereço ou telefone errado ou desatualizado ou por circunstâncias provocadas pelo próprio candidato.

15.3 Durante a realização das provas da 1.ª fase não se admitirá qualquer tipo de consulta, sendo vedado o uso de aparelhos e equipamentos eletrônicos, telefones celulares, computadores e similares.

15.4 O candidato deverá apresentar-se para a realização das provas, testes ou exames com trinta minutos de antecedência.

15.5 Não será admitido a realizar as provas o candidato que chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões.

15.6 A confirmação dos locais de provas, bem como do calendário para os exames das demais fases do Concurso, deverão ser feitos pessoalmente pelo candidato por meio de acesso no endereço eletrônico www.pr.gov.br/pmpr, www.nc.ufpr.gov.br e pelo Diário Oficial do Estado.

15.7 Para o Exame de Capacidade Física não será permitido o uso de qualquer substância química capaz de alterar o desenvolvimento natural do candidato, ficando, a critério da comissão de avaliadores, a escolha aleatória de qualquer candidato para sujeição a exames laboratoriais. Será eliminado do Concurso o candidato que se negar a fornecer o material para exame, bem como aquele cujo resultado do exame for positivo.

15.8 Será eliminado o candidato que faltar em qualquer um dos dias de provas, ou no ato da inclusão, passando à condição de desistente.

15.9 A desclassificação do candidato, decorrente do não-atendimento dos requisitos constantes neste Edital, em qualquer fase do Concurso, dar-se-á por ato do Presidente da Comissão, com a divulgação dos resultados de cada fase.

15.9.1 O motivo da desclassificação será apresentado por escrito ao candidato que o requerer, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados de cada fase do Concurso.

15.9.2 O candidato somente será submetido à fase subsequente do Concurso se aprovado ou considerado apto, conforme o caso, na fase anterior.

15.10 Os candidatos incluídos na Polícia Militar do Paraná, após aprovação no Concurso regulado por este Edital, serão matriculados no Curso de Formação de Soldados na condição de Soldados de 2.ª Classe.

15.11 Os resultados de cada fase do Concurso serão divulgados por meio de Editais do Presidente da Comissão no endereço eletrônico da PMPR, no endereço eletrônico do Núcleo de Concursos da UFPR e no Diário Oficial do Estado.

**Edital n.º 004/2005 – PMPR - CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE
SOLDADO POLICIAL-MILITAR (QPM 1-0) DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**

15.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Comandante Geral da Polícia Militar.

15.13 Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo “A” – Conteúdo Programático;
- b) Anexo “B” – Conteúdo do Exame de Capacidade Física.

Curitiba, 30 de setembro de 2005

DAVID ANTONIO PANCOTTI, Cel QOPM
COMANDANTE-GERAL DA PMPR

ANEXO “A” - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PORTUGUÊS (15 questões)

Compreensão de textos informativos e argumentativos e de textos de ordem prática (ordens de serviço, instruções, cartas e ofícios). Domínio da norma do português contemporâneo, sob os seguintes aspectos: coesão textual, estruturação da frase e períodos complexos, uso de vocabulário apropriado, pontuação, concordância verbal e nominal, emprego de pronomes, grafia e acentuação.

MATEMÁTICA (5 questões)

1. Sistema de numeração decimal. Operações com números reais e propriedades. Números naturais, múltiplos e divisores. Números fracionários, razões, proporções e porcentagem. 2. Média aritmética simples e média aritmética ponderada. 3. Progressão aritmética e progressão geométrica. 4. Resolução e discussão de sistemas lineares. Matrizes. 5. O princípio fundamental de contagem, fatorial, permutação, arranjo e combinação. Noções de cálculo de probabilidades. 6. Grandezas, medidas, sistema métrico decimal e medidas de tempo. 7. A noção de função como instrumento para trabalhar com a variação de grandezas. Reconhecimento e interpretação de gráficos de funções. O conceito de função e de função inversa. 8. Grandezas diretamente proporcionais, grandezas inversamente proporcionais, regra de três e função linear. 9. Funções polinomiais de 1º e de 2º graus, funções exponenciais e logarítmicas. 10. Características e propriedades geométricas de figuras planas e espaciais: polígonos e círculo, prismas, pirâmides, esfera, cilindros, cones e troncos. 11. Congruência e semelhança de figuras planas e espaciais. Razões entre comprimentos, áreas e volumes de figuras semelhantes. 12. Teorema de Pitágoras. Razões trigonométricas no triângulo retângulo. Lei dos senos e lei dos co-senos. 13. Cálculo de distâncias, ângulos, perímetros, áreas e volumes. 14. Sistema de coordenadas cartesianas no plano. Distância entre pontos. Equações da reta e posições relativas entre duas retas.

GEOGRAFIA (5 questões)

O quadro natural

Posição de lugares e orientação. A atmosfera. Fatores do clima. O elemento líquido. O elemento sólido. A biosfera.

A população e a urbanização

População: distribuição, crescimento, estrutura e mobilidade. O fenômeno urbano: importância da urbanização e problemas urbanos.

O espaço brasileiro

Fundamentos geológicos e relevo. Bacias hidrográficas. Clima, vegetação e solo. A população brasileira. O potencial econômico. Unidades regionais do Brasil. Espaço paranaense.

HISTÓRIA (5 questões)

- A época moderna
- A conjuntura mundial no pós-guerra
- A nova ordem mundial
- O regime republicano no Brasil
- O Brasil e os desafios da redemocratização

QUÍMICA (5 questões)

Aspectos macroscópicos da química

Evidências das reações químicas (experimentais ou naturais). Compostos químicos, suas misturas e a presença em materiais mais complexos. Alguns métodos de separação (filtração, decantação, destilação, cristalização, cromatografia em papel). Reação química e sua representação simbólica, equação química, reagentes e produtos. Leis Ponderais de Lavoisier e Proust. Equação geral dos gases ideais.

Classificação periódica e propriedades dos elementos e seus compostos

Princípios de ordenação e localização dos elementos. Períodos, grupos e subgrupos. Metais alcalinos, alcalinos terrosos, halogênios, calcogênios e gases nobres.

Ácidos e bases

Teorias ácido-base de Arrhenius e Bronsted-Lowry. Reações de neutralização. Nomenclatura IUPAC e vulgar de ácidos, bases, sais e óxidos mais comuns. pH e pOH.

Estequiometria química

Mol e constante de Avogadro. Massa Molar. Balanceamento de reações químicas: por tentativa e íon elétron. Cálculos Estequiométricos. Fórmula mínima e fórmula molecular.

Unidades e grandezas em química

Principais unidades e grandezas. Sistema Internacional (SI) e conversão de unidades. Unidades de concentração.

Soluções, propriedades coligativas e forças intermoleculares

Solução, solvente, soluto, fase, solução saturada e insaturada.

Estrutura dos compostos de carbono

Cadeias de carbono: Caracterização e representação da estrutura através de notação em bastão. Conceituação de grupamento funcional. Reconhecimento das seguintes funções: hidrocarbonetos, derivados halogenados, álcoois, éteres, aldeídos, cetonas, fenóis, ácidos carboxílicos, ésteres, amidas e aminas.

Química e meio ambiente

Ciclo da água. Poluição e tratamento da água. Poluição atmosférica. A química e os seres vivos. Química na agricultura e na saúde.

Química e sociedade

A química como criação humana e sua inserção histórica e social. O desenvolvimento científico e tecnológico. O conhecimento químico e suas

tecnologias na interação do ser humano com o meio ambiente. Aspectos éticos envolvendo o desenvolvimento e a utilização do conhecimento químico.

BIOLOGIA (5 questões)

Seres vivos.

Visão geral das principais características e da organização dos reinos da natureza; funções vitais que viabilizam sua existência.

TÓPICOS:

- Variedade dos seres vivos – sistemas de classificação.
- Caracterização dos principais grupos vegetais e animais.
- Fisiologia animal e vegetal.
- Reprodução humana.

Estudo das populações

Principais mecanismos de herança genética e os mecanismos evolutivos.

TÓPICOS:

- Conceito geral de herança.
- Citogenética: cromossomas, genes, mutações gênicas e anomalias cromossômicas.
- Origem da vida.
- Mecanismos evolutivos.

Ecologia

O papel de cada ser vivo na manutenção do equilíbrio do ecossistema.

TÓPICOS:

- Relações tróficas entre os seres vivos.
- Ecossistema e seus componentes.
- Ciclos biogeoquímicos.
- Os principais biomas.
- Desequilíbrio ecológico e suas causas.

Saúde, higiene e saneamento básico

Saúde pública brasileira.

TÓPICOS:

- Principais endemias encontradas no Brasil e meio de combatê-las.
- Doenças de carência.
- Higiene pessoal e social.
- Noções elementares de imunidade.

FÍSICA (5 questões)

Mecânica

- *Mecânica da Partícula*: Conceito de partícula. Cinemática escalar e vetorial. Queda livre e movimento de projéteis. Movimento circular. Conceitos de massa e de força. Referenciais inerciais. Forças atuantes numa partícula. Resultante de um Sistema de Forças. Leis de Newton e aplicações. Conservação de momento linear. Colisões unidimensionais. Conceito de peso. Trabalho e potência. Energia cinética. Energia potencial. Lei de Conservação da Energia Mecânica. Centro de

massa; Estática de sólidos: momento de uma força, momento resultante, condições de equilíbrio de um corpo rígido.

- *Fluídos*: massa específica e densidade; conceito de pressão hidrostática: Princípios de Pascal e de Arquimedes, teorema fundamental; corpos flutuantes.

Termologia

Equilíbrio térmico. Conceito de temperatura. Escalas termométricas. Dilatação térmica. Transmissão do calor. Calor específico e capacidade calorífica. Calorimetria.

Fenômenos ondulatórios e acústica

Tipos de onda. Propagação de um pulso numa corda. Comprimento de onda, frequência, amplitude e velocidade de onda. Ondas senoidais. Ondas estacionárias. Propagação do som.

Eletricidade e magnetismo

Carga elétrica. Condutores e isolantes. Lei de Coulomb. Campo elétrico. Linhas de força. Potencial elétrico. Campo elétrico uniforme: superfícies equipotenciais associadas; diferença de potencial entre dois pontos do campo; Corrente elétrica. Geradores. Resistores. Lei de Ohm. Associação de resistores.

Energia e potência. Efeito Joule. Circuitos elementares. O Campo magnético: linhas de força do campo magnético.

Campos magnéticos gerados por correntes elétricas.

Indução eletromagnética: Lei de Lenz e Lei de Faraday.

Óptica

Dispersão da luz. Índice de refração. Óptica geométrica: leis da reflexão e da refração; reflexão total; espelhos planos e esféricos; lentes delgadas.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (5 questões)

Acessado através do site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Título I

Das Disposições Preliminares.

Título II

Dos Direitos Fundamentais:

- Do Direito à Vida e à Saúde;
- Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade;
- Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária;
- Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer;
- Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

Título III

Da Prevenção. Dos Produtos e Serviços. Da Autorização para Viajar. Das Medidas de Proteção.

Parte Especial

Título III

Da Prática de Ato Infracional. Dos Direitos Individuais. Das Medidas Sócio-Educativas.

Título IV

Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável.

Título V

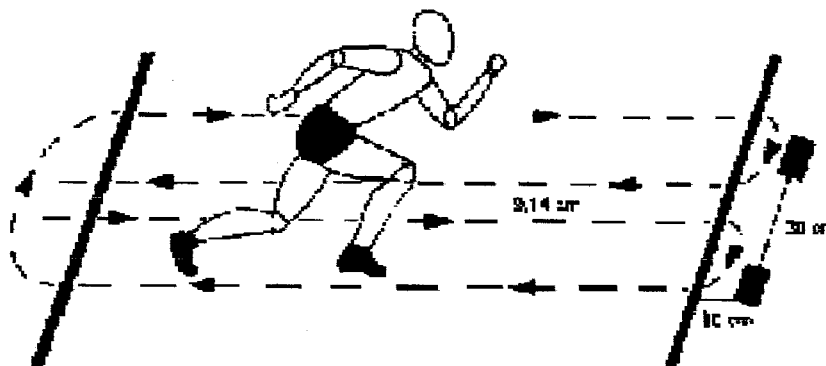
Do Conselho Tutelar. Disposições Gerais. Das Atribuições do Conselho.

ANEXO “B” – CONTEÚDO DO EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA

TESTE DE SUFICIÊNCIA FÍSICA

1 - SHUTTLE RUN: (corrida de ir e vir)

- a) Objetivo: Avaliação da agilidade neuromotora e da velocidade.
- b) Material: 02 (dois) blocos de madeira (5cm x 5cm x 10cm), 01 (um) cronômetro e espaço livre de obstáculos.
- c) Procedimento: O candidato coloca-se em afastamento ântero-posterior das pernas, com o pé anterior o mais próximo possível da linha de saída. Com a voz de comando: “Atenção! Já!” o candidato inicia o teste com o acionamento concomitante do cronômetro. O candidato em ação simultânea, corre à máxima velocidade até os blocos eqüidistantes da linha de saída a 9,14m (nove metros e catorze centímetros), pega um deles e retorna ao ponto de onde partiu, depositando esse bloco atrás da linha de partida. Em seguida, sem interromper a corrida, vai em busca do segundo bloco, procedendo da mesma forma. O cronômetro é parado quando o candidato coloca o último bloco no solo e ultrapassa com pelo menos um dos pés a linha final. Ao pegar ou deixar o bloco, o candidato terá que cumprir uma regra básica do teste, ou seja, transpor pelo menos um dos pés as linhas que limitam o espaço demarcado. O bloco não deve ser jogado, mas sim, colocado ao solo.
- d) Número de tentativas: 02 (duas); o candidato que na primeira tentativa não conseguir realizar o teste, terá uma segunda tentativa, com repouso de cinco minutos para a segunda tentativa.
- e) Tempo de execução: conforme a tabela.



Esquema de Shuttle Run
Fonte: DANTAS, E.H.M., 1986

2) TRAÇÃO NA BARRA FIXA (Somente para o masculino)

a) **Objetivo:** medir indiretamente a força muscular de membros superiores por meio do desempenho em se elevar o queixo acima do nível de uma barra horizontal.

b) **Material:** 01 (uma) barra metálica, disposta horizontalmente, de 1,5 polegada ou 3,80 cm de diâmetro;

c) **Procedimento:** partindo da posição inicial (pegada) na barra, empunhadura em pronação (conforme figura n.º 01), flexionar os braços ultrapassando o queixo em ângulo reto com o pescoço até a parte superior da barra (conforme figura n.º 02), joelho em extensão, pés fora do solo, e voltar à posição inicial, ficando com os braços completamente estendidos. Não há tempo determinado para a execução dos movimentos, podendo o exercício ser executado de forma lenta ou rápida.

Não é permitido impulsionar o corpo com as pernas ou balançar o corpo para executar cada flexão, bem como é proibido o contato das pernas ou do corpo com quaisquer objetos ou auxílios por parte de qualquer circunstância.

Para a contagem serão válidas as trações corretamente executadas e encerra-se o exercício assim que o candidato largar a barra.

Portanto, dentro da presente descrição serão computadas as trações executadas em que o queixo ultrapasse a altura da barra em ângulo reto e não tenha havido impulso com as pernas, corpo ou qualquer outro auxílio.

Não será computada a primeira tração, caso o candidato a realize com aproveitamento do impulso tomado durante o salto para a empunhadura na barra.

O candidato somente iniciará o exercício após a autorização do avaliador, que deverá fazer a contagem das repetições corretamente realizadas em voz alta.

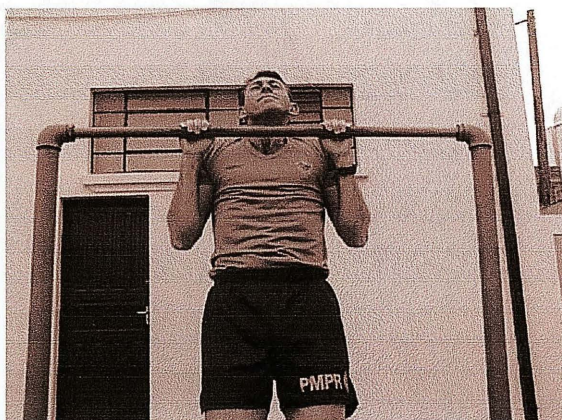
d) **Número de tentativas:** será aceita apenas 01 (uma) tentativa.

e) **Tempo de execução:** sem tempo para a execução.

f) **Número de repetições:** conforme a tabela.



Figura 01
Posição 1
Inicial



**Figura 02
Posição 2
Intermediária.**



**Figura 03
Posição 3
Final do Exercício**

3) ISOMETRIA NA BARRA FIXA (somente para o feminino)

a) **Objetivo:** medir indiretamente a força muscular de membros superiores pelo desempenho em se manter suspensa com o queixo acima do nível de uma barra horizontal.

b) **Material:** 01 (uma) barra metálica, disposta horizontalmente, de 1,5 polegada ou 3,80 cm de diâmetro.

c) **Procedimento:** a candidata poderá ser auxiliada por um apoio nos pés, que lhe permita iniciar o teste já com o queixo em ângulo reto e acima do nível do cano da barra e a pegada (empunhadura) em pronação, com os braços já flexionados. Partindo da posição inicial, a candidata deverá manter-se suspensa permanecendo com o queixo acima do nível da barra, sem o apoio dos pés e pelo maior tempo possível. O cronômetro é acionado no momento em que os pés da avaliada deixarem o apoio, e é travado quando o queixo da candidata encostar ou ficar no mesmo alinhamento do cano da barra.

Será anotado o tempo que a avaliada conseguiu manter-se acima do nível da barra.

d) **Número de tentativas:** será aceita apenas 01 (uma) tentativa.

e) **Tempo de execução:** conforme a tabela para o feminino.

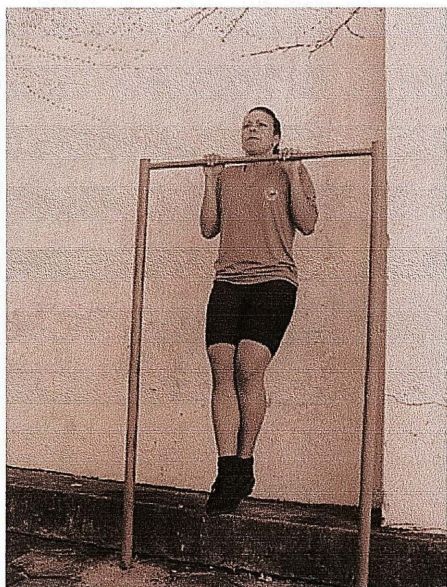


Figura 01
Posição de Execução do
Teste

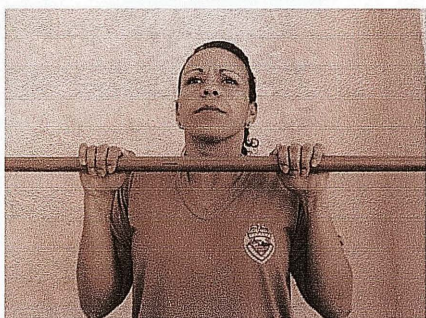


Figura 02
Detalhe de Execução do
Teste

4) CORRIDA DE 2.400 METROS

a) **Objetivo:** visa verificar por um esforço de média duração em ritmo constante, a capacidade aeróbica do indivíduo, dentro dos seus componentes cardiovasculares e respiratórios.

b) **Material:** será realizada em pista ou área previamente demarcada e livre de obstáculos.

c) **Procedimento:** o candidato deverá percorrer a distância de 2.400 metros sendo permitido andar durante o teste. Ao final do teste será computado o tempo levado para percorrer a distância prevista, bem como, posteriormente os índices obtidos pela verificação nas tabelas masculina/feminina em anexo.

d) **Número de tentativas:** 01 (uma) tentativa.

e) **Tempo de execução:** conforme a tabela.

TABELA MASCULINO

TESTES			RESULTADO
SHUTTLE RUN (CRONOMETRADO EM SEGUNDOS)	BARRA FIXA (CONTADO POR REPETIÇÕES)	CORRIDA DE 2.400 M (CRONOMETRADO EM MINUTOS)	
ACIMA DE 11 SEGUNDOS	ATÉ 04 REPETIÇÕES	ACIMA DE 12 MINUTOS	INAPTO
ATÉ 11 SEGUNDOS	05 REPETIÇÕES	ATÉ 12 MINUTOS	APTO

TABELA FEMININO

TESTES			RESULTADO
SHUTTLE RUN (CRONOMETRADO EM SEGUNDOS)	ISOMETRIA (CRONOMETRADO EM SEGUNDOS)	CORRIDA DE 2.400 M (CRONOMETRADO EM MINUTOS)	
ACIMA DE 12 SEGUNDOS	MENOS DE 15 SEGUNDOS	ACIMA DE 14 MINUTOS	INAPTA
ATÉ 12 SEGUNDOS	MÍNIMO DE 15 SEGUNDOS	ATÉ 14 MINUTOS	APTA